Estado do Ceará

Prefeitura Municipal de Potengi-CE

Plano Plurianual de 2014-2017

AVACON

PREFEITURA MUNICIPAL DE POTENGI
ESTADO DO CEARÁ
RUA EDMILSON ROCHA, 135

PLANO PLURIANUAL

Quadriênio

2014 a 2017

Administração: Samuel Carlos T. Alves de Alencar

POTENGI - CEARÁ

LEI N.º 333/2013 **de 23 de Outubro de 2013**

Dispõe sobre o Plano Plurianual do Município de Potengi - Estado do Ceará, para o quadriênio 2014/2017, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE POTENGI - ESTADO DO CEARÁ,

Faço saber que a Câmara Municipal de Potengi (CE) aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei Nº333/2013, em 23 de Outubro de 2013

CAPITULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º - O plano Plurianual do Município de Potengi (CE), para o quadriênio 2014/2017, constituído pelos anexos integrantes desta Lei e elaborados de conformidade com o inciso I e parágrafo 1º do Art. 165, da Constituição Federal, fixa para o período, as despesas a ele vinculadas em R$ **106.505.861,00** (cento e seis milhões, quinhentos e cinco mil, oitocentos e sessenta e um reais).

§ 1º - As despesas do Plano Plurianual para o período de 2014 a 2017, fixadas no "caput" deste artigo e demonstradas nos anexos integrantes desta lei, estão distribuídas da seguinte forma:

Exercício Financeiro de 2014	23.811.250,00
Exercício Financeiro de 2015	25.597.094,00
Exercício Financeiro de 2016	27.516.876,00
Exercício Financeiro de 2017	29.580.641,00
T O T A L	**106.505.861,00**

§ 2º - Ocorrendo mudança de moeda, extinção do indexador, dolarização da moeda nacional, mudança na política salarial, corte de casas decimais e qualquer outra ocorrência no Sistema Monetário Nacional, fica o Poder Executivo Municipal, através de Decreto, autorizado a adequar as disposições desta Lei de forma que seus valores sejam imediatamente revistos, atentando para a perfeita atualização e principalmente, para que o equilíbrio dos sistemas orçamentário e financeiro, seja conservado e estes não sofram prejuízo manifesto capaz de inviabilizar, temporária ou indefinidamente o atendimento dos objetivos programados e a continuidade do funcionamento da máquina administrativa.

Art. 2º - O plano Plurianual com as Despesas de Capital programadas com base nos recursos disponíveis, à vista da previsão das despesas correntes, desdobra-se, analítica e sinteticamente, na forma dos anexos que integram a presente lei, de acordo com as diretrizes das ações do Governo Municipal.

§ 1º - No cumprimento do disposto neste artigo, serão observados os limites parciais das Despesas de Capital fixados neste Plano Plurianual, devendo os Orçamentos Anuais garantir o atendimento de outras despesas decorrentes e os programas de duração continuada, como dispõe o parágrafo 1º, do art. 165, da Constituição Federal.

§ 2º - Quando os limites parciais a que se refere o parágrafo anterior não forem atingidos, as parcelas não utilizadas serão somadas às disponibilidades do exercício seguinte e destinadas ao mesmo programa de trabalho.

Art. 3º - Consideram-se, para os efeitos deste Plano Plurianual os seguintes conceitos:

I. **Diretrizes** são o conjunto de princípios e critérios que deve orientar a execução dos programas de governo;

II. **Objetivo Programático** é a descrição sucinta dos resultados esperados do programa;

III. **Macroobjetivo** é o que resulta do desdobramento, em primeiro nível, dos objetivos estratégicos e conformam as grandes linhas da ação do governo;

IV. **Programa** é o instrumento de organização da atuação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos, sendo mensurado por indicadores estabelecidos e que articula uma ação ou conjunto de ações que concorrem para um objetivo, visando à solução de um problema ou o atendimento de uma necessidade ou demanda da sociedade. São tipos de programas:

01. **Programa Finalístico** é aquele que resulta em bens e serviços ofertados diretamente à sociedade;
02. **Programa de Gestão Pública** é aquele que compreende ações de governo composto de atividade de planejamento, orçamento, controle interno, sistemas de informação, diagnósticos de suporte, coordenação, supervisão, avaliação e divulgação de políticas públicas, incluindo-se as despesas operacionais administrativas;
03. **Ações** são instrumentos de programação constituídos de operações para alcançar o objetivo de um programa de governo;
04. **Atividade** é um instrumento de programação administrativa para alcançar os objetivos de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, necessárias à manutenção da ação de governo;
05. **Projeto** é um instrumento de programação administrativa para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais decorre um produto final, que concorre para a expansão ou o aperfeiçoamento da ação de governo;
06. **Operação Especial** são despesas que não contribuem para a manutenção das ações de governo, das quais não resulta um produto e não geram contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços sendo uma ação típica ao detalhamento da função "ENCARGOS ESPECIAIS";
07. **Meta** é o resultado final pretendido para a ação e os intermediários, obtidos ao longo do período de planejamento/execução, como um cronograma físico expresso na unidade de medida indicada;
08. **Produto ou objeto** é o resultado da realização da ação;
09. **Unidade de Medida** é a unidade usada para medir a carga de trabalho contida na ação;
10. **Despesas decorrentes dos investimentos**, são aquelas de manutenção, conservação e funcionamento que, durante a vigência do plano, passarão a ser necessárias como consequência dos investimentos e não incluídas no inciso seguinte;

11. **Programas de duração continuada,** os que resultem em prestação de serviços diretamente à comunidade, excluídos o pagamento de benefícios previdênciários e os encargos financeiros.

Parágrafo único - Cada programa deverá conter:

I. objetivo;
II. órgão responsável;
III. valor global;
IV. prazo de conclusão;
V. fonte de financiamento;
VI. indicador que quantifique a situação que o programa tenha por fim modificar;
VII. metas correspondentes aos bens e serviços necessários para atingir o objetivo.

CAPITULO II

DAS CLASSIFICAÇÕES DE PRIORIDADES

Art. 4º - A execução do Programa de Trabalho obedecerá a seguinte escala hierárquica de prioridades, ainda que ocorram transferências voluntárias de recursos e/ou convênios não previstos neste instrumento de planejamento:

PRIORIDADE ESPECIAL (PE) - O Prefeito Municipal, através de ato circunstanciado, fica autorizado a nomear ou renomear qualquer programa de trabalho como PRIORIDADE ESPECIAL, nas seguintes hipóteses:

I. quando as características do programa coincidirem com os objetivos para saneamento de situações emergenciais;
II. quando o Governo da União e/ou Estado já tenham depositado parcela respectiva de recursos financeiros e o Município participe com recursos até 50% (cinquenta por cento) do custo final do programa de trabalho;
III. quando o Município venha a participar de programa de trabalho com outros municípios vizinhos e estes tenham depositado volume superior a 50% (cinquenta por cento) da parcela da obrigação individual, considerando que o programa a ser executado conste dos respectivos planos plurianuais de investimentos ou, que o programa tenha sua execução total no primeiro exercício do Plano Plurianual dos Governos conveniados;

IV. quando houver receita de capital derivada de alienação de bens e direitos que integram o patrimônio público, destinada especificamente a financiamento de despesa de capital prevista neste plano.

PRIORIDADE 01 - quando os trabalhos tenham início no primeiro exercício podendo ser concluídos antes do período programado, ficando autorizado a utilização dos recursos alocados nos projetos de PRIORIDADE 04, como fundos para suplementações necessárias nas seguintes hipóteses:

I. quando sua execução independa do período climático regional;
II. quando os recursos financeiros estejam disponíveis ao cumprimento do cronograma de desembolso;
III. quando houver projetos iniciados em exercícios anteriores, classificados como projetos paralisados ou obras inacabadas por simples ausência de recursos, estes poderão ser reformulados e adaptados para outros fins imediatos, desde que dentro da mesma área do programa de origem;
IV. quando obras inacabadas ou paralisadas por irregularidades comprovadas pela fiscalização do Tribunal de Contas dos Municípios, contempladas no Orçamento de 2014 e integrantes deste Plano Plurianual, poderão ser executadas como PRIORIDADE ESPECIAL, caso o município esteja sofrendo prejuízo pela inviabilidade de recebimento de transferências voluntárias de outros órgãos da mesma esfera governamental e se os recursos a receber, dependem das conclusões das obras;
V. quando os projetos a serem executados estejam classificados nas funções de governo: Educação, Saúde e Assistência Social;
VI. quando os projetos a serem executados se destinam a conservação e recuperação do Patrimônio Municipal.

PRIORIDADE 02 - quando a execução dos trabalhos exija condições climáticas favoráveis, ficando autorizada a utilização dos recursos alocados nos projetos de PRIORIDADE 04, como fundos para as suplementações necessárias ao adiantamento do seu cronograma. Os trabalhos serão adiados para o exercício seguinte no todo ou em parte quando não ocorram condições climáticas favoráveis;

PRIORIDADE 03 - quando a execução dos trabalhos provenientes de convênios dependa de recursos ainda não depositados;

PRIORIDADE 04 - quando a execução do programa de trabalho dependa da execução de outro programa classificado em qualquer das prioridades anteriores, servindo os projetos classificados nesta prioridade como suporte para a obtenção de fundos orçamentários às prioridades imediatamente anteriores.

CAPITULO III

DOS OBJETIVOS E METAS

Art. 5º - As diretrizes, os produtos e/ou objetos e as metas da ação governamental na área de investimentos e os recursos necessários a sua execução, estão especificados nos anexos e quadros desta lei, constituindo-se parte integrante dela, observada a seguinte estrutura:

Anexo I	Quadro Demonstrativo das Receitas Estimadas 2014/2017
Anexo I – A	Demonstrativo da Receita Corrente Líquida 2014/2017
Anexo II	Aplicação de Recursos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental 2014/2017
Anexo III	Aplicação em Ações e Serviços Públicos de Saúde 2014/2017
Anexo IV	Base de Cálculo do Limite de Despesas do Legislativo 2014/2017
Anexo V	Demonstrativo da Despesa com Pessoal em Relação a Receita Corrente Líquida 2014/2017
-	Quadro de Detalhamento da Despesa 2014/2017
-	Quadro de Detalhamento da Despesa por Função 2014/2017
-	Quadro de Detalhamento da Despesa por Sub-Função 2014/2017
-	Quadro de Detalhamento da Despesa por Programa 2014/2017
-	Quadro de Detalhamento da Despesa por Órgão 2014/2017
-	Quadro de Detalhamento da Despesa por Unidade Orçamentária 2014/2017
-	Quadro de Detalhamento da Despesa por Função e Sub-Função2014/2017
-	Quadro de Detalhamento da Despesa por Programa e Ações por Função e Sub-Função 2014/2017
-	Quadro de Detalhamento da Despesa – Relação de Programas

	2014/2017
-	Quadro de Detalhamento da Despesa – Relação de Ações 2014/2017

Art. 6º - Os valores financeiros contidos nos anexos desta Lei estão orçados a preços de JANEIRO de 2013 e poderão ser proporcionalmente corrigidos de conformidade com as normas, critérios e/ou instruções emanadas do comando da política financeira do Governo Federal e, estabelecidos nas leis de diretrizes orçamentárias vigentes, até o limite de 8,98% a.a. (oito virgula noventa e oito por cento ao ano).

Art. 7º - O Poder Executivo Municipal, no decorrer da vigência deste plano, proporá ao Poder Legislativo revisões para alterações ou ajustes de valores, produtos e/ou objetos e metas contidas no PPA - Plano Plurianual, provocadas por fatos emergentes, sejam regionais, territoriais, isolados e/ou localizados que venham a ocorrer no contexto sócio-econômico, que o obrigue a passar por um processo gradual e indispensável de reestruturação.

Parágrafo único - Observado o disposto no parágrafo 5º, do Art. 5º da Lei Complementar nº 101 - Lei de Responsabilidade Fiscal, a lei orçamentária e as de créditos adicionais só incluirão novos projetos após adequadamente atendidos os em andamento e, contempladas as despesas de conservação do patrimônio público, nos termos em que dispuser a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

CAPITULO IV

DAS DISPONIBILIDADES E AJUSTES ANUAIS

Art. 8º - Dependendo da disponibilidade de recursos financeiros e orçamentários, devidamente apurados em cada exercício do período, fica o Poder Executivo autorizado a reajustar o Orçamento de Capital, objeto desta Lei, durante o próprio exercício em que decorra a execução orçamentária anual, procedendo, conforme a necessidade, à antecipação, prorrogação, anulação ou mesmo à inclusão de novos investimentos, observadas as disposições da Lei Complementar Nº 101/2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal.

Parágrafo único - A aplicação do disposto neste artigo não exime da obrigação de ajuste concomitante do Orçamento-programa, na forma do que a Lei Orçamentária e a Lei de Diretrizes Orçamentárias dispuserem, quanto à antecipação, prorrogação,

anulação ou inclusão de investimentos que possam ocorrer durante a execução orçamentária de cada exercício financeiro do período.

Art. 9º - O quadro de recursos e de aplicação de capital configurado nesta lei será anualmente reajustado, acrescentando-se as previsões de mais um ano, de modo a assegurar a projeção contínua dos períodos.

CAPITULO V

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 10 - As Receitas de Capital para execução deste Plano Plurianual serão formadas pelas receitas classificadas como de capital próprias da Fazenda Municipal, das provenientes das transferências constitucionais e voluntárias, pelos superávits do orçamento corrente, sem prejuízo da obtenção de empréstimos ou financiamentos que se façam necessários e devidamente autorizados e das demais fontes enumeradas no parágrafo 2º, do artigo 11, da Lei Federal nº 4.320/64, de 17 de março de 1964, inclusive convênios, acordos e ajustes, observando-se as disposições da Lei Complementar Nº 101/2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 11 - As classificações das funções e subfunções de governo nos projetos de leis das propostas orçamentárias anuais, obedecerão às disposições estabelecidas pelo Governo Federal a respeito, devendo a classificação programática, atender especificamente as conveniências técnicas e administrativas do Governo Municipal e principalmente as de interesse local, obedecer ao elenco estabelecido no Decreto Municipal, absorvendo, precisa e efetivamente, as ações programadas neste Plano Plurianual.

Art. 12 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 13 - Revogam-se as disposições em contrário.

PAÇO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE POTENGI (CE), EM 23 de Outubro de 2013.

Samuel Carlos T. Alves de Alencar
PREFEITO MUNICIPAL DE POTENGI

LEI Nº 333/2013, **de 23 de Outubro de 2013.**

ANEXO I

DIAGNÓSTICO ADMINISTRATIVO FISCAL

Economia

A atividade econômica de nosso município está centrada fundamentalmente na agricultura e na pecuária e está comprovado, que a ausência de uma política governamental voltada para o incentivo à produção industrial e comercial, castra o ideal de nossa população que anseia por um emprego que produza uma renda mínima para sua sobrevivência e de seus familiares. Esta ausência tange nosso povo a abandonar nosso município na esperança de conseguir emprego noutras regiões do país.

Objetivos

A melhoria na qualidade de vida da nossa população é a própria razão de ser e de existir da Prefeitura Municipal, com suas estruturas e suas ações governamentais.

Os objetivos que apesar de carecer de longo prazo para serem alcançados, devem estar presentes em todas as ações do governo do município e o PPA - Plano Plurianual é um instrumento de longo prazo que busca harmonizar esses objetivos através da realização preliminar de reorganização administrativa.

A reorganização administrativa busca melhorar os serviços públicos, tanto os dispêndios de custeio quanto os de investimento.

Objetivos gerais

O PPA - Plano Plurianual do Município tem como objetivos gerais:

1- Coordenação de todas as ações setoriais do Governo Municipal.
2- Unificação do modo de pensar e de agir da equipe governamental.
3- Visão sistêmica dos procedimentos administrativos e das tomadas de decisões.
4- Estabelecimento de sinergias entre as diversas Unidades Gestoras.
5- Busca de parceria entre a Prefeitura com outras instâncias públicas, empresas privadas, entidades de classe, entidades comunitárias e a própria sociedade.
6- Estabelecimento de prioridades e metas factíveis.

7- Melhoria da eficiência na realização dos dispêndios púbicos.
8- Elevação da qualidade e da produtividade dos serviços públicos.
9- Transmissão à sociedade dos propósitos da administração.

Gabinete do Prefeito

LEI Nº 333/2013, **de 23 de Outubro de 2013.**

ANEXO II

DIRETRIZES GERAIS DO PPA

Desenvolvimento Integrado do Município

As ações públicas devem ser canalizadas para corrigir as distorções existentes tanto na área urbana, no que se refere às construções sem a devida observância das técnicas e normas dos códigos municipais de postura, obras e tributos e na área rural do município na degradação do meio ambiente pela derrubada indiscriminada da mata, pesca e caça predatórias e a poluição das águas.

Por isto necessário se faz;

1- Revitalizar a zona urbana da cidade.
2- Fazer e promover maior integração dos distritos com a Sede.
3- Promover o crescimento equilibrado do município, através de ofertas de serviços públicos e de investimentos descentralizados.
4- Induzir a criação de emprego e renda através de uma política de fomento ao comércio, agroindústria e instalação de pequenas empresas de serviços.
5- Reduzir o índice de pobreza e diminuir a desigualdade social existente.

A execução do Plano Plurianual, sem prejuízo da autonomia e da descentralização das ações de gestão que formam o conjunto harmonioso a que se obrigam os órgãos do Governo Municipal, no efetivo desempenho de suas atividades, será realizada com o total apoio logístico e estratégico dos órgãos que formam sua estrutura governamental.

Educação e Capacitação da população

O grande desafio do futuro só será vencido com a preparação das pessoas pela educação, pela disseminação dos conhecimentos científicos e tecnológicos e pelo fomento ao fortalecimento da cultura de nosso povo.

Preocupado com esta premissa, o Governo Municipal deverá implementar as seguintes metas, durante o quadriênio 2014/2017:

1- Garantir a universalização do ensino, mediante a expansão da oferta de vagas decorrente da construção, ampliação, reforma, restauração e reaparelhamento das escolas municipais e a utilização plena da capacidade de cada uma das unidades de ensino existentes no município;
2- Melhorar a qualidade do ensino no município, através de treinamento programado para valorizar, capacitar e formar profissionais da educação, buscando um melhor acompanhamento do desempenho do aluno;
3- Implementar programa complementar de apoio ao ensino, compreendendo a distribuição de merenda escolar, de livros didáticos e materiais de apoio pedagógico;
4- Estabelecer política de ciência e tecnologia disseminando conhecimentos indispensáveis aos desafios do futuro, através da criação e implantação de escolas de ensino da ciência da informática no município;
5- Dar continuidade ao programa de erradicação do analfabetismo no município, mácula que avilta o exercício de cidadania;
6- Treinar a população, através de cursos profissionalizantes, preparando-a para a competição do mercado de emprego e para os novos desafios da economia globalizada.

Saúde da População

Ter acesso aos serviços básicos de saúde que é direito dos cidadãos, é obrigação do estado e com certeza, representa a maior reivindicação de nossa população, fazendo-se, por isto, necessária uma mudança nas atitudes e no modo de enfrentar os problemas de atendimento à população.

No segmento da saúde do Governo do Município, serão perseguidas as seguintes metas:

1- Concepção de novas políticas de saúde que sejam participativas, solidárias e equânimes;

2- Melhoria de atendimento primário da saúde, mediante ampliação do PSF - Programa Saúde da Família (Estratégias Saúde da Família);
3- Construção, ampliação, reforma e/ou restauração e reaparelhamento de Unidades de Saúde no município.
4- Firmar convênios com objetivo de melhorar a assistência médica, odontológica e hospitalar da população.

Melhoria da Qualidade de Vida

Para a elevação da qualidade de vida de nossa população as ações do Governo Municipal serão implementadas de forma abrangente e integradas, visando maior eficácia e eficiência dos seus resultados.

Para atingir esta diretriz, serão adotadas as seguintes ações:

1- Atuação intersetorial do Governo Municipal, através de ações integradas das áreas de saúde, educação, saneamento básico, ação social e desporto.
2- Atendimento através de políticas públicas de desenvolvimento social à população carente excluída de processo de ascensão social, tomando por base as crianças, os adolescentes, as gestantes, os idosos e as pessoas portadoras de necessidades especiais;
3- Recuperação e preservação do meio ambiente, através de medidas visando o desenvolvimento sustentável do município de tal forma que não agrida o ecossistema e a população possa desfrutar dos recursos naturais locais.
4- Embelezamento da cidade e dos distritos, através da arborização de área de preservação, tornando-os cada vez mais, em um local atraente para a população morar e viver.
5- Implantação de um programa de apoio permanente às Organizações Comunitárias devidamente regularizadas e cadastradas.

Recuperação do Incremento da Infra-Estrutura

O Município de Potengi como os demais municípios brasileiros, apresenta sérias deficiências em sua infra-estrutura urbana exigindo do seu governante, especial atenção na correção de distorções acumuladas ao longo dos anos, bem como na antevisão da necessidade do futuro.

O Governo Municipal desenvolverá no próximo quadriênio - 2014 a 2017, as seguintes ações voltadas para esta área:

1- Consolidação da infra-estrutura da sede do município e da sede dos distritos;
2- Ampliação da rede de abastecimento d'água, do sistema de esgotos sanitários e galerias pluviais;
3- Ampliação da rede de distribuição de energia na zona urbana e na zona rural;
4- Melhoria e ampliação da rede de comunicação e telecomunicação do município;
5- Implantação de melhorias no sistema viário do município;
6- Urbanização de praças, parques e jardins, no município.

Aprimoramento da Gestão Municipal

As diretrizes anteriores serão tanto mais possíveis de serem atingidas se o Governo Municipal buscar a eficiência no gerenciamento dos recursos públicos e na prestação de serviços à coletividade.

O atendimento à sociedade nos seus direitos e nas suas justas e legítimas reivindicações, deverá ser o objetivo permanente da administração e suas ações deste segmento serão as seguintes:

1- Preparação da máquina administrativa para a prestação de serviços de boa qualidade à população;
2- Estímulo à participação da sociedade organizada no planejamento e na execução dos programas e dos projetos do Governo Municipal;
3- Incentivo ao estabelecimento de parcerias com a sociedade, com a iniciativa privada, com entidades e com outras esferas dos Governos Federal e Estadual;
4- Aumento da capacidade de investimento da Prefeitura, melhorando o sistema de arrecadação de tributos e da redução de gastos de custeio;
5- Construção, restauração, ampliação ou reforma dos prédios públicos, com o intuito de melhorar o atendimento aos usuários e dar melhores estruturas de trabalho aos servidores municipais.

Programas Setoriais de Planejamento

Gabinete do Prefeito:

Sem prejuízo das competências previstas na Lei da Estrutura Administrativa incumbe ao Gabinete do Prefeito assessorar o Prefeito Municipal, servindo de ponte de ligação entre o gestor e as Unidades de Gestões Administrativas responsáveis pela execução das metas estabelecidas no PPA - Plano Plurianual, cobrando destas repartições,

relatórios trimestrais contendo avaliação da implementação das ações previstas e estabelecidas, assim como a reorientação que se faça necessária ao controle e as sugestões de ajustes orçamentários e financeiros durante sua execução, apresentando-as para a aprovação prévia do Senhor Prefeito Municipal.

Procuradoria Jurídica do Município:

A Procuradoria Geral do Município do Município terá a incumbência de prestar assessoria jurídica ao Prefeito e a sua administração, na defesa dos interesses públicos do município, além da redação de projetos e autógrafos de Lei de iniciativas do Chefe do Poder Executivo sem prejuízo das competências estabelecidas na estrutura administrativa.

Unidades Gestoras de Administração e Finanças:

Também sem prejuízo do preconizado na Lei da estrutura administrativa as Unidades Gestoras de administração e finanças terão a incumbência de planejar e coordenar as ações do Governo Municipal, tendo a seu cargo o incisivo interesse no acompanhamento e a avaliação da implementação de todas as ações previstas no PPA - Plano Plurianual, orientando e exercendo o controle, sugerindo os ajustes necessários, discutindo as necessidades com as diversas unidades administrativas e as possíveis mudanças de rumos e de ações, levando-as para a aprovação prévia do Senhor Prefeito Municipal, através de relatórios contendo os resultados a serem alcançados.

Além da visão da reorganização administrativa, dentre as ações a serem desenvolvidas pelas Unidades Gestoras, destacam-se:

1- Racionalização e aumento da eficiência dos serviços públicos.
2- Preparação e implementação de programa permanente da Capacitação e de Qualificação dos servidores.
3- Realização do levantamento (inventário) e manutenção de cadastro atualizado de todos os bens móveis, industriais e semoventes. Para os bens imóveis, além de cadastro de atualização será providenciada a confecção de plantas para cada imóvel, devidamente desenhada e assinada por profissional devidamente habilitado.
4- Elaboração e controle de cadastro através da comissão permanente de licitação, de todos os fornecedores e prestadores de serviços da Prefeitura Municipal.
5- Estabelecimento de controle eficaz, sobre o protocolo e sobre o arquivamento dos documentos oficiais do poder executivo municipal.

6- Estabelecimento através da Comissão permanente de licitação, de controle de acompanhamento e avaliação dos contratos de prestação de serviços firmados entre os fornecedores e/ou prestadores de serviços e a Fazenda Pública.
7- Manutenção através da comissão permanente de licitação, de banco de dados atualizados sobre preços e custos de materiais e serviços praticados no município.
8- Elaboração de manuais de procedimento nas áreas de pessoal, de material e de patrimônio, com definições normativas, formulários e rotinas.
9- Preparação e implantação, em conjunto com o Gabinete do Prefeito, de um programa permanente de combate ao desperdício de tempo, material, serviços e recursos.

As Unidades Gestoras de administração e finanças incumbe ainda promover o aumento das receitas municipais que em decorrência dos preceitos constitucionais (Constituição de 1988) veio acompanhada também da descentralização e da municipalização de funções e atribuições, antes executadas com recursos federais e estaduais, em inteira observância da Lei de Responsabilidade Fiscal.

O Município precisará se adequar a esta realidade, priorizando ações e racionalizando a alocação de recursos, tarefa esta que estas unidades gestoras cuidarão em desenvolver com a logística e estratégia exigidas na sua missão e promover o equilíbrio financeiro das contas municipais, ajustando de forma rigorosa as receitas com as despesas e orientando as demais unidades gestoras na realização das necessárias providências e ajustes concomitantes.

Cabe aos responsáveis pelo comando dessas unidades Gestoras, o cumprimento desta missão de primordial importância para que a Fazenda Pública possa se reorganizar o obter o aumento necessário de receitas e em conseqüência, elevar sua capacidade de investir e promover o desenvolvimento do município, garantindo o atingimento das metas neste PPA.

O Poder Executivo sempre necessitará modernizar o funcionamento da Administração Tributária, ampliar sua base de arrecadação e elevar o nível de eficiência. Para tanto, as ações mais relevantes a serem implementadas pelas unidades gestoras serão:

1- Manutenção do equilíbrio entre a Receita e a Despesa do município;
2- Modernização do sistema de arrecadação, com a elevação de sua eficiência e a redução de inadimplências;
3- Identificação de fontes especiais, para a ampliação das receitas em novos investimentos;

4- Aperfeiçoamento do controle de despesas, objetivando maior racionalização nos gastos de custeio e melhoria nos investimentos;
5- Atualização do cadastro técnico municipal, para a correta cobrança do IPTU e do ISS devidos;
6- Realização de campanha junto aos contribuintes, instando-os ao pagamento dos impostos devidos;
7- Qualificação dos Recursos Humanos dos setores de arrecadação, fiscalização, contabilidade e prestação de contas e outros expedientes burocráticos de controle interno e de atendimento ao universo de contribuintes e credores junto a Fazenda Pública.

Unidade Gestora de Educação

A Constituição Federal em seu artigo 205 estabelece que o objetivo da educação é o "PLENO DESENVOLVIMENTO DA PESSOA, SEU PREPARO PARA O EXERCICIO DA CIDADANIA E SUA QUALIFICAÇÃO PARA O TRABALHO".

No contexto atual, a educação adquire papel importante como instrumento capaz de contribuir para a melhoria da qualidade de vida do cidadão da sociedade moderna, ao tempo em que proporciona o saber indispensável à sua permanente atualização.

Articulando com o movimento nacional em torno da reconstrução e do resgate da qualidade da escola pública, a Constituição Federal universalizou o ensino e destacou como prioridade de sua substancial melhoria de qualidade, um sistema de receitas como um projeto político do município para a área de educação que se baseia nos princípios de gestão democrática, planejada, participativa e operacionalmente descentralizada.

Para tanto, são estas as metas da Unidade Gestora Municipal de Educação para o quadriênio 2014/2017:

1- Dotar a rede escolar de Recursos Humanos e materiais indispensáveis ao seu melhor desempenho;
2- Firmar parcerias com entidades governamentais e privadas da área da educação;
3- Implantar e manter em funcionamento no município um programa permanente de educação profissionalizante que atenda as necessidades do mercado de trabalho;
4- Criar e manter programas especiais de:
4.1-Educação Infantil;

4.2-Erradicação do analfabetismo;

4.3-Ensino fundamental;

4.4-Habilitação de Professores;

4.5-Educação de Jovens e Adultos;

4.6-Ensino especial para deficientes;

4.7-Distribuição de livros e materiais didáticos;

4.8-Distribuição e controle de merenda escolar;

4.9-Transporte Estudantil;

4.10-Grêmios educacionais;

4.11-Ensino de Informática;

4.12-Curso de iniciação musical e de teatro;

4.13-Manutenção de controle cadastral dos artistas locais;

4.14-Difusão das atividades cíveis, culturais, religiosas e tradicionais do município;

4.15-Construção, restauração e/ou conservação de quadras, campos e outras praças de esportes;

4.16-Curso de esportes e de educação física.

Unidade Gestora de Saúde:

A Organização Mundial de Saúde - OMS defende que a promoção e proteção da saúde das pessoas são essenciais para o desenvolvimento econômico e social sustentável e contribui para a qualidade de vida e a paz mundial. Com base neste enfoque, a Unidade Gestora Municipal de Saúde elegerá como um de seus principais desafios, proporcionar saúde e melhor qualidade de vida aos habitantes de nosso município.

A mortalidade infantil, a desnutrição, as doenças infecto-contagiosas, somadas a violência, constitui-se nas principais "causa mortis" de nossa população e são o reflexo da qualidade de vida e do padrão de saúde de nosso povo.

Para melhorar o atendimento da saúde em nosso município, a Unidade Gestora de saúde com vistas a organizar um novo modelo de atendimento, manterá o mesmo conceito do Sistema Mundial de Saúde - SIMUS, dentro dos princípios da universalidade do acesso, da integralidade da atenção e da participação comunitária e proporcionará o desenvolvimento da estratégia do Programa de Saúde da Família - PSF, de forma a corresponder a cada área de seu desenvolvimento.

O trabalho será realizado por equipes de Agentes Comunitários da Saúde, sob coordenação de um profissional da mesma área devidamente legalizado perante o respectivo conselho regional, de forma que todo o município receba cobertura do programa.

Dentre as atividades da saúde do município, destacam-se:

1- Criação e manutenção do Sistema Municipal de Saúde - SIMUS;
2- Gerenciamento do programa de saúde da família;
3- Controle e gerenciamento do PACS - Programa dos Agentes Comunitários de Saúde, de suas ações e atividades;
4- Gerenciamento único a cada nível de ação, universalizando a assistência médica, permitindo acesso igualitário a todos os munícipes no atendimento médico, odontológico e hospitalar;
5- Desenvolvimento de ação eficaz na prestação de serviços de saúde preventiva, curativa e hospitalar;
6- Controle das principais doenças transmissíveis, de notificação obrigatória, tais como:

6.1-Poliomielite;

6.2-Difteria;

6.3-Sífilis Congênita;

6.4-Meningite;

6.5-Tuberculose;

6.6-Sarampo;

6.7-Raiva Animal;

6.8-Raiva Humana;

6.9-Tétano Acidental;

6.10-Tétano Neo-Natal;

6.11-Aids;

6.12-Hepatite;

6.13-Hanseníase;

6.14- H1N1 – Influenza A

7- Controle e combate contínuo aos seguintes agentes transmissores da:
7.1- Dengue;

7.2- Leptospirose;

7.3- Leishmaniose;

7.4- Diarréia.

As metas acima serão perseguidas através das ações básicas do município, utilizando-se dentre outros, os seguintes programas:

1- Programa de saúde da família (Estratégias de Saúde da Família);
2- Programa de aquisição e distribuição gratuita de medicamentos;
3- Programa de apoio às unidades Básicas de Saúde;
4- Programa de incremento de Saúde Bucal;
5- Programa de atendimento hospitalar e pré-hospitalar;
6- Programa de fitoterapia, através da criação e funcionamento de uma farmácia viva;
7- Programa de Vigilância Sanitária;
8- Programa de apoio a criança desnutrida, a gestante, aos portadores de deficiências e ao idoso em situação de risco nutricional.

Unidade Gestora de Inclusão Social:

As ações pertinentes à assistência social serão gerenciadas pela Unidade Gestora de inclusão social e suas ações estão orientadas pelos preceitos constitucionais e aqueles especificados na Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS e, ainda, na medida da necessidade dentro das disponibilidades financeiras da Fazenda Pública.

A Unidade Gestora de inclusão social, sem quaisquer discriminações, manterá de forma integrada e responsável, o gerenciamento das ações de assistência social e para isto considerará que o universo a ser atendido pela política de ação social do município, envolverá:

1- A criança desde zero aos quatorze anos de idade;
2- Os adolescentes;
3- As gestantes;
4- Os deficientes em geral;
5- Os doentes;
6- Os inválidos;
7- Os idosos; e,
8- Os desempregados.

É dever da Unidade Gestora da Assistência Social observar que a geração de emprego e a ação social têm como público alvo as pessoas menos favorecidas. Com efeito, a Constituição Federal em seu artigo 203, estabelece que "A ASSISTENCIA SOCIAL SERÁ PRESTADA A QUEM DELA NECESSITAR, INDEPENDENTEMENTE DE CONTRIBUIÇÃO Ã SEGURIDADE SOCIAL E TEM POR OBJETIVO":

A Proteção:

1- À família;
2- À maternidade;
3- À infância;
4- À adolescência;
5- À velhice;
6- Amparo às crianças e adolescentes carentes;
7- Promoção da integridade ao mercado de trabalho;
8- Habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária.

A política de assistência social será desenvolvida através dos seguintes programas:

1- Programa de valorização do cidadão;
2- Programa de iniciação Profissional;
3- Programa de ação emergencial;
4- Programa de ação integrada;
5- Programa de assistência ao deficiente físico, Visual, auditivo e mental;
6- Programa de auxílio infanto - materno;
7- Programa de assistência ao idoso;
8- Programa de apoio à organizações comunitárias organizadas;
9- Programa de assistência jurídica a população carente;
10- Programa de geração de emprego e renda;
11- Programa de apoio e de capacitação a trabalhadores autônomos e a artesãos, para o acesso ao mercado de trabalho e ao crédito;
12- Programa de capital inicial.

Unidade Gestora de Infra-Estrutura e Meio Ambiente

As Unidades Gestoras da Infra-Estrutura e do Meio Ambiente além das incumbências previstas na Lei da Estrutura Administrativa exercerão as funções de controle e fiscalização de obras, urbanismo, transporte e meio ambiente, com o objetivo de aumentar a especialização nesta área e de melhorar o desempenho dos serviços públicos pertinentes.

A área urbana de nosso município, tanto da sede como dos distritos, amplia-se sem um acompanhamento fiscal do órgão responsável que, para evitar seu crescimento desordenado, na atual gestão serão tomadas as seguintes medidas:

1- Estabelecer uma organização urbana;
2- Criar diretrizes e ações;
3- Melhor ocupação do solo;
4- Disciplinar o uso de novas áreas;
5- Humanizar as aglomerações
6- Melhorar e disciplinar os sistemas de transportes no município;
7- Controlar a qualidade do meio ambiente.

É ainda atribuição das Unidades Gestoras de obras e serviços urbanos e de Meio Ambiente desencadear e realizar as seguintes ações, dentre outras:

1- Elaborar as normas ou códigos necessários ao desenvolvimento das ações a elas confiadas;
2- Cumprir e fazer cumprir todas as diretrizes e metas estabelecidas por este plano e pelos códigos de obras, postura e tributário do município;
3- Elaborar e acompanhar a execução do programa de habilitação popular;
4- Elaborar programa de melhoria habitacional;
5- Programa de recuperação e de preservação, principalmente, ambiental;
6- Áreas verdes;
7- Praças;
8- Parques;
9- Jardins;
10- Quadra de diversão;
11- Açudes, rios e lagoas;
12- Programa de abertura de novas ruas;
13- Programa de reabertura ou alargamento de ruas e avenidas;

14- Programa de ampliação da malha viária, inclusive, pavimentação asfaltica;
15- Programa de fiscalização do uso e da ocupação do solo;
16- Programa de sinalização vertical e horizontal da malha viária;
17- Programa de incentivo ao comércio, a indústria agroindústria e as empresas prestadoras de serviços;
18- Programa de consolidação da infra-estrutura dos distritos;
19- Programa de apoio a qualificação da Mão de obra;
20- Programa de apoio, divulgação e realização de feiras de amostras e exposições de produtos regionais; e,
21- Estabelecer as edificações beneficiadas pelas obras públicas para efeito de cobrança da Contribuição de Melhoria.

Algumas das tarefas que estão a merecer a atenção das Unidades Gestoras de obras e serviços urbanos e do meio ambiente são:

1- Programa de saneamento básico;
2- Programa de varrição e coleta sistemática de lixo;
3- Programa de pavimentação e manutenção de vias públicas;
4- Programa da ampliação da iluminação pública;
5- Programa de ampliação da rede de distribuição de energia elétrica;
6- Programa de construção, restauração e/ou conservação, de prédios públicos;
7- Programa de ampliação do sistema de abastecimento de água;
8- Programa de melhoria e ampliação do sistema de comunicação e telecomunicação;
9- Programa de arborização e reflorestamento;
10- Programa de edificações públicas;

PREFEITURA MUNICIPAL DE POTENGI
ESTADO DO CEARÁ
RUA EDMILSON ROCHA, 135

Gabinete do Prefeito

LEI Nº 333/2013, **de 23 de Outubro de 2013.**

QUADROS DEMONSTRATIVOS

DO

PERFIL BÁSICO DO MUNICÍPIO

2014 a 2017

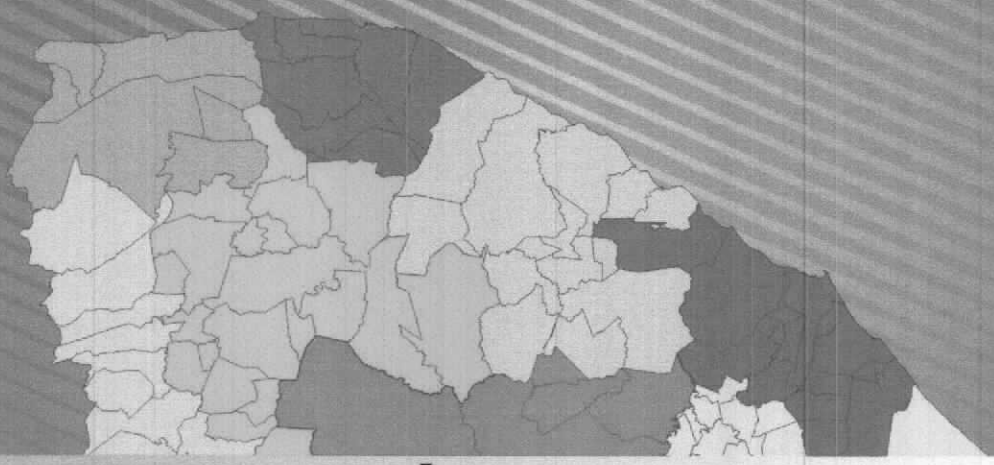
Os demonstrativos a seguir, visualizam um conjunto de informações do perfil básico do Município, levantadas pelo Governo Estadual através da sua Secretaria do Planejamento e Coordenação - IPLANCE, extraídas do site da Internet de domínio **virtual** www.iplance.ce.gov.br as quais subsidiaram as formulações das metas e objetivos anteriormente descritos neste PPA,

Ressalte-se que as prioridades estabelecidas neste instrumento de planejamento, pretendem nos próximos quatro exercícios, minimizar apenas parte dos efeitos negativos dos déficits existentes que ameaçam a população, como o início de um trabalho árduo com parcos recursos para atender a sua concretização.

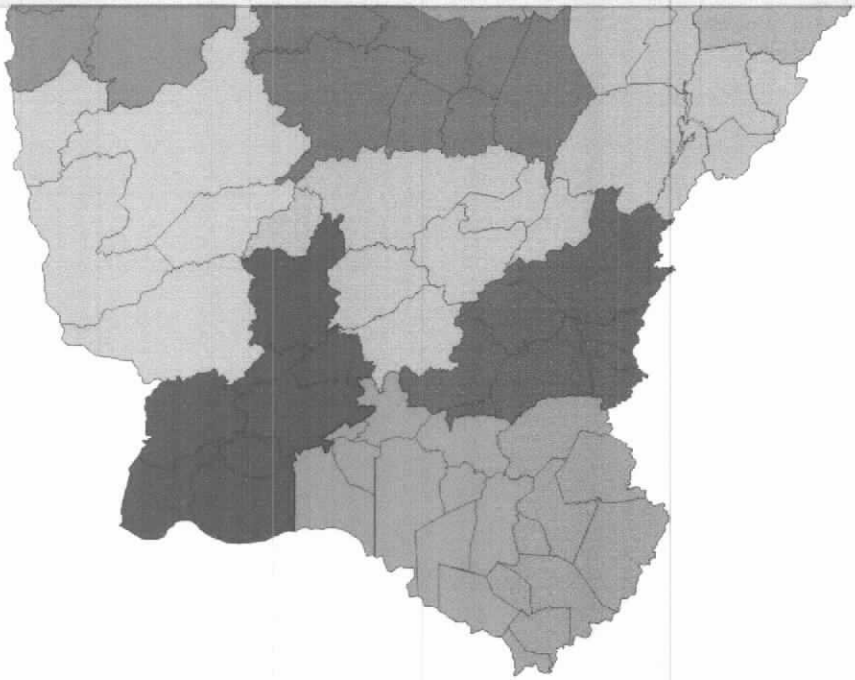
Inclua-se que o êxito somente ocorrerá se a população que anseia pelos bons resultados do Governo Municipal, alcançar a inteligência, a lógica e a estratégia das ações ora propostas, contribuindo com o pagamento das obrigações fiscais, mantendo a cidade limpa e saudável, economizando água, conservando o meio ambiente, preservando o patrimônio físico de utilidade pública e cultural e nos hábitos domésticos diários contribuir para evitar o surto de doenças e, sobretudo, recebendo no melhor estilo social os visitantes e turistas.

Também deverá denunciar as ocorrências que atentam contra o direito da cidadania, contra o consumidor e as que contribuem para o desperdício no Setor Público, no sentido maior de buscar, exclusivamente, as ações que visem o interesse público efetivo, eficiente e eficaz.

GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ
Secretaria do Planejamento e Gestão



PERFIL BÁSICO MUNICIPAL
2012
POTENGI



IPECE INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ

GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ

Cid Ferreira Gomes – Governador

Domingos Gomes de Aguiar Filho – Vice Governador

SECRETARIO DO PLANEJAMENTO E GESTÃO (SEPLAG)

Eduardo Diogo – Secretário

INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ (IPECE)

Flávio Ataliba F. D. Barreto – Diretor Geral

Emanuel Lindemberg Silva Albuquerque – Gerente GEGIN

IPECE – PERFIL BÁSICO MUNICIPAL 2012

Equipe Técnica

Cláudia Maria de Pontes Viana
Fátima Juvenal de Sousa
Kathiuscia Alves de Lima
Margarida Maria Sérgio do Nascimento

O **Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE)** é uma autarquia vinculada à Secretaria do Planejamento e Gestão do Estado do Ceará.

Fundado em 14 de abril de 2003, o IPECE é o órgão do Governo responsável pela geração de estudos, pesquisas e informações socioeconômicas e geográficas que permitem a avaliação de programas e a elaboração de estratégias e políticas públicas para o desenvolvimento do Estado do Ceará.

Missão

Disponibilizar informações geosocioeconomicas, elaborar estratégias e propor políticas públicas que viabilizem o desenvolvimento do Estado do Ceará.

Valores

Ética e transparência;
Rigor científico;
Competência profissional;
Cooperação interinstitucional e
Compromisso com a sociedade.

Visão

Ser reconhecido nacionalmente como centro de excelência na geração de conhecimento socioeconômico e geográfico até 2014.

INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ (IPECE)

Av. Gal. Afonso Albuquerque Lima, s/nº - Edifício SEPLAG, 2º Andar
Centro Administrativo Governador Virgílio Távora – Cambeba
Tel. (85) 3101-3496
CEP: 60830-120 – Fortaleza-CE.

ouvidoria@ipece.ce.gov.br
www.ipece.ce.gov.br

Sobre o PERFIL BÁSICO MUNICIPAL

O PERFIL BÁSICO MUNICIPAL apresenta uma visão panorâmica que compõem o Estado do Ceará.
Sua estrutura comporta cinco temas envolvendo informações geográficas, demográficas, sociais, culturais, infraestrutura, economia, finanças e, finalmente, poder local.

Convenções

...O dado é desconhecido, podendo o fenômeno existir ou não existir.

- O fenômeno não existe.

0;0,0;0,00 O dado existe, mas seu valor é inferior à metade da unidade adotada.

Apresentação

O Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE) disponibiliza para o Governo e a sociedade o Perfil Básico Municipal 2012.

As informações contidas no Perfil Básico Municipal, na forma de tabelas e gráficos, envolvem as principais características geográficas e socioeconômicas para cada um dos 184 municípios do Estado do Ceará.

Com este documento, almejamos contribuir para a formação e divulgação de ampla base de indicadores sobre os municípios cearenses subsidiando o planejamento de projetos, programas e políticas públicas voltadas para a melhora da qualidade de vida da população cearense.

Na oportunidade, externamos nossos agradecimentos a todas as instituições que forneceram os dados, e enfatizamos o empenho da equipe técnica do IPECE, na concretização deste trabalho.

Flávio Ataliba Flexa Daltro Barreto

Diretor Geral

Sumário

1- CARACTERIZAÇÃO GEOGRÁFICA 05
1.1 - Aspectos gerais 05
1.2 - Posição e Extensão 05
1.3 - Características Ambientais 05
1.4 - Divisão Político-Administrativa 06

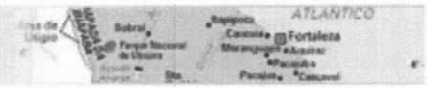
2- ASPECTOS DEMOGRÁFICOS E SOCIAIS 07
2.1 - Demografia 07
2.2 - Domicílios 08
2.3 - Saúde 08
2.4 - Educação 10
2.5 – Índices de Desenvolvimento 12
2.6 – Emprego e Renda 12

3- INFRAESTRUTURA 14
3.1 - Saneamento 14
3.2 - Energia Elétrica e Coleta de Lixo 15

4 - ECONOMIA E FINANÇAS 16
4.1 - Produto Interno Bruto 16
4.2 - Finanças Públicas 16

5 - POLÍTICA 18

1 - CARACTERIZAÇÃO GEOGRÁFICA



1.1 - Aspectos Gerais

Características

Município de Origem - Araripe
Ano de Criação - 957
Lei de Criação - 3.786
Toponímia - Palavra originária do tupi, que significa Água ou Riocho dos Camarões
Gentílico - Potengiense
Código Município - 2311207

Fonte: IBGE/IPECE.

1.2 - Posição e Extensão

Situação Geográfica

Coordenadas Geográficas		Localização	Municípios Limítrofes			
Latitude(S)	Longitude(WGr)		Norte	Sul	Leste	Oeste
7° 05' 26"	40° 01' 36"	Sul	Assaré, Campo Sales	Araripe	Araripe, Santana do Cariri, Assaré	Campo Sales, Salitre, Araripe

Fonte: IBGE/IPECE.

Medidas Territoriais

Área		Altitude (m)	Distância em Linha Reta a Capital (km)
Absoluta (km^2)	Relativa (%)		
338,72	0,23	557	412

Fonte: IBGE/IPECE.

1.3 - Características Ambientais

Aspectos Climáticos

Clima	Pluviosidade (mm)	Temperatura Média (°C)	Período Chuvoso
Tropical Quente Semi-árido, Tropical Quente Semi-árido Brando	682,7	24° a 26°	janeiro a abril

Fonte: FUNCEME/IPECE.

Componentes Ambientais

Relevo	Solos	Vegetação	Bacia Hidrográfica
Depressão Sertaneja	Solos Litólicos, Latossolo Vermelho-Amarelo, Podzólico Vermelho-Amarelo, Terra Roxa Estruturada Similar	Carrasco, Floresta Caducifólia Espinhosa, Floresta Subcaducifólia Tropical Pluvial	Alto Jaguaribe

Fonte: FUNCEME/IPECE.

1.4 - Divisão Político-Administrativa

Divisão Territorial

Códigos	Distritos	Ano de Criação
231120705	Potengi	1957
231120710	Barreiros	1957

Fonte: IBGE/IPECE.

Regionalização

Região Administrativa	Macrorregião de Planejamento	Mesorregião	Microrregião
18	Cariri Centro-Sul	Sul Cearense	Chapada do Araripe

Fonte: IBGE/IPECE.

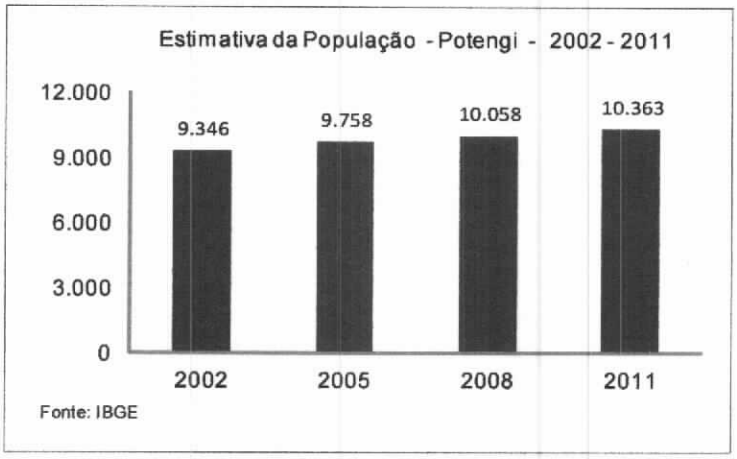
2 - ASPECTOS DEMOGRÁFICOS E SOCIAIS

2.1 - DEMOGRAFIA

População Residente – 1991/2000/2010

Discriminação	População Residente					
	1991		2000		2010	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Total	8.148	100,00	9.138	100,00	10.276	100,00
Urbana	3.321	40,76	3.985	43,61	5.714	55,61
Rural	4.827	59,24	5.153	56,39	4.562	44,39
Homens	3.930	48,23	4.464	48,85	4.987	48,53
Mulheres	4.218	51,77	4.674	51,15	5.289	51,47

Fonte: IBGE – Censos Demográficos 1991/2000/2010.



População Recenseada, por Sexo, Segundo os Grupos de Idade - 2000/2010

Grupos de idade	População Residente					
	Total		Homens		Mulheres	
	2000	2010	2000	2010	2000	2010
Total	9.138	10.276	4.464	4.987	4.674	5.289
0 – 4 anos	975	1.003	494	518	481	485
5 – 9 anos	1.081	983	554	476	527	507
10 – 14 anos	1.121	1.095	578	558	543	537
15 – 19 anos	991	997	484	478	507	519
20 – 24 anos	772	924	367	461	405	463
25 – 29 anos	639	744	305	338	334	406
30 – 34 anos	528	697	251	326	277	371
35 – 39 anos	490	632	224	313	266	319
40 – 44 anos	456	582	236	266	220	316
45 – 49 anos	335	510	164	250	171	260
50 – 59 anos	678	795	317	383	361	412
60 – 69 anos	585	656	278	319	307	337
70 anos ou mais	487	658	212	301	275	357

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) – Censos Demográficos 2000/2010.

Indicadores Demográficos – 1991/2000/2010

Discriminação	Indicadores Demográficos		
	1991	2000	2010
Densidade demográfica (hab./km²)	20,95	27,43	30,34
Taxa geométrica de crescimento anual (%) (1)			
Total	1,11	1,28	1,18
Urbana	2,39	2,05	3,67
Rural	0,32	0,73	-1,21
Taxa de urbanização (%)	40,76	43,61	55,61
Razão de sexo	93,17	95,51	94,29
Participação nos grandes grupos populacionais (%)	100,00	100,00	100,00
0 a 14 anos	40,89	34,77	29,98
15 a 64 anos	52,47	57,14	60,77
65 anos e mais	6,64	8,10	9,24
Razão de dependência (2)	90,60	75,02	64,55

Fonte: IBGE – Censos Demográficos 1991/2000/2010.

(1) Taxas nos períodos 1980/91 e 1991/00 para os anos de 1991, 2000 e 2010, respectivamente.

(2) Quociente entre "população dependente", isto é, pessoas menores de 15 anos e com 65 anos ou mais de idade e a população potencialmente ativa, isto é, pessoas com idade entre 15 e 64 anos.

2.2 - Domicílios

Domicílios Particulares Permanentes por Situação e Média de Moradores – 2010

Situação	Domicílios Particulares Permanentes		
	Quantidade	Média de Moradores	
		Município	Estado
Total	2.836	3,62	3,56
Urbana	1.661	3,44	3,49
Rural	1.175	3,90	3,79

Fonte: IBGE – Censo Demográfico 2010.

2.3 - Saúde

Unidades de Saúde Ligadas ao Sistema Único de Saúde (SUS), por Tipo de Prestador - 2011

Tipo de Prestador	Unidades de Saúde Ligadas ao SUS	
	Quantidade	%
Total	9	100,00
Pública	8	88,89
Privada	1	11,11

Fonte: Secretaria da Saúde do Estado do Ceará (SESA).

Unidades de Saúde Ligadas ao Sistema Único de Saúde (SUS), por Tipo de Unidade - 2011

Tipo de Unidade	Unidades de Saúde Ligadas ao SUS	
	Município	Estado
Total (1)	9	3.532
Hospital geral	-	182
Hospital especializado	-	48
Posto de saúde	3	474
Clínica especializada/Ambulatório especialidades	1	401
Consultórios isolados	-	24
Unidade mista	1	46
Unidade móvel	-	19
Unidade de vigilância sanitária	1	107
Centro de saúde/Unidade básica de saúde	3	1.576
Laboratório central de saúde pública	-	3
Centro de atenção psicossocial	-	111
Unidade de serviço auxiliar de diagnóstico e terapia	-	154
Farmácia isolada	-	30
Policlínica	-	39
Pronto socorro especializado	-	5

Fonte: Secretaria da Saúde do Estado do Ceará (SESA).

(1) Inclui (Hospital/Dia - Isolado, Centro de parto isolado, Centro de apoio a saúde da família, Centro de atenção hemoterápica/HEMOCE, Unidade de atenção a saúde indígena, Cooperativa e Secretaria de saúde).

Profissionais de Saúde, Ligados ao Sistema Único de Saúde (SUS) – 2011

Discriminação	Profissionais de Saúde Ligados ao SUS	
	Município	Estado
Total	75	56.741
Médicos	4	9.523
Dentistas	3	2.606
Enfermeiros	7	5.292
Outros profissionais de saúde/nível superior	2	5.177
Agentes comunitários de saúde	26	15.008
Outros profissionais de saúde/nível médio	33	19.135

Fonte: Secretaria da Saúde do Estado do Ceará (SESA).
Nota: Profissionais de saúde cadastrados em unidades de entidades públicas e privadas.

Crianças Acompanhadas pelo Programa Agentes de Saúde - 2011

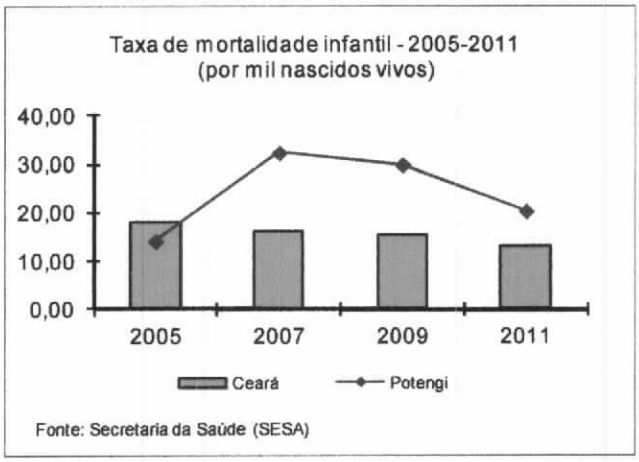
Discriminação	Crianças Acompanhadas pelo Programa Agentes de Saúde (%)	
	Município	Estado
Até 4 meses só mamando	69,50	70,90
De 0 a 11 meses com vacina em dia	99,40	95,40
De 0 a 11 meses subnutridas (1)	1,90	1,30
De 12 a 23 meses com vacina em dia	99,30	95,50
De 12 a 23 meses subnutridas (1)	5,30	2,90
Peso < 2,5 kg ao nascer	10,10	7,40

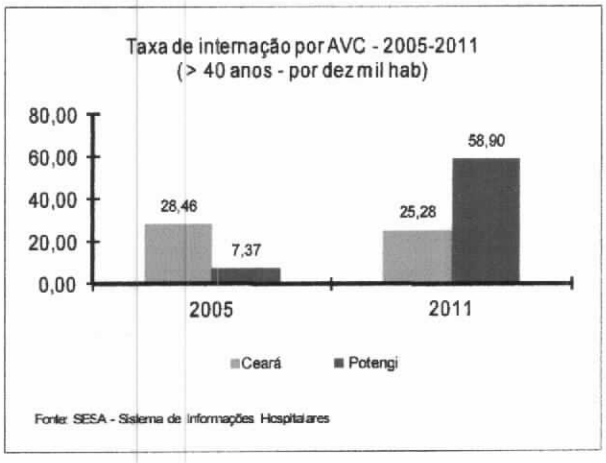
Fonte: Secretaria da Saúde do Estado do Ceará (SESA).
(1) Crianças com peso inferior a P_{10}.

Principais Indicadores de Saúde – 2011

Discriminação	Principais Indicadores de Saúde	
	Município	Estado
Médicos/1.000 hab.	0,39	1,12
Dentistas/1.000 hab.	0,29	0,31
Leitos/1.000 hab.	1,74	2,44
Unidades de saúde/1.000 hab.	0,87	0,41
Taxa de internação por AVC (40 anos ou mais)/10.000 hab.	58,90	25,28
Nascidos vivos	147	126.382
Óbitos	3	1.684
Taxa de mortalidade infantil/1.000 nascidos vivos	20,41	13,32

Fonte: Secretaria da Saúde do Estado do Ceará (SESA).





Casos Confirmados das Doenças de Notificação Compulsória – 2011

Discriminação	Casos Confirmados das Doenças de Notificação Compulsória	
	Município	Estado
AIDS	-	731
Dengue	4	56.714
Febre tifoide	-	1
Hanseníase	2	2.016
Hepatite viral	1	384
Leishmaniose tegumentar	-	816
Leishmaniose Visceral	-	660
Leptospirose	-	123
Meningite	-	483
Raiva	-	-
Tétano acidental	-	28
Tuberculose	1	3.726

Fonte: Secretaria da Saúde do Estado do Ceará (SESA).

2.4 - Educação

Docentes e Matrícula Inicial - 2011

Dependência Administrativa	Docentes		Matrícula Inicial	
	Município	Estado	Município	Estado
Total	174	108.890	3.237	2.420.396
Federal	-	867	-	7.792
Estadual	31	20.788	442	521.017
Municipal	134	66.065	2.672	1.474.392
Particular	9	24.367	123	417.195

Fonte: Secretaria da Educação Básica (SEDUC).

Escolas com Equipamentos e Salas de Aula - 2010

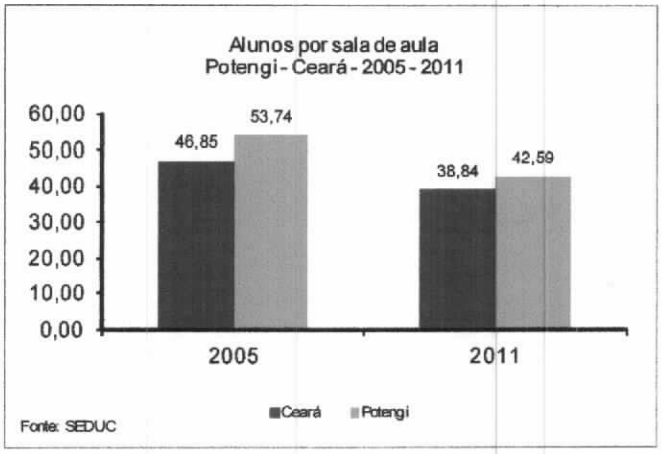
Discriminação	Federal		Estadual		Municipal		Particular	
	Nº	Equip./ escola	Nº	Equip./ escola	Nº	Equip./ escola	Nº	Equip./ escola
Total de escolas	-	-	1	-	20	-	1	-
Bibliotecas	-	-	-	-	4	0,20	1	1,00
Laboratório de informática	-	-	1	1,00	3	0,15	-	-
Salas de aula	-	-	6	-	64	-	6	-

Fonte: Secretaria da Educação Básica (SEDUC).

Indicadores Educacionais no Ensino Fundamental e Médio – 2011

Discriminação	Indicadores Educacionais			
	Ensino Fundamental		Ensino Médio	
	Município	Estado	Município	Estado
Taxas (%)				
Escolarização líquida	89,18	87,04	24,59	49,01
Aprovação	80,30	89,60	96,40	81,80
Reprovação	13,90	7,80	1,60	6,70
Abandono	5,80	2,60	2,00	11,50
Alunos por sala de aula	29,22	27,57	41,67	33,99

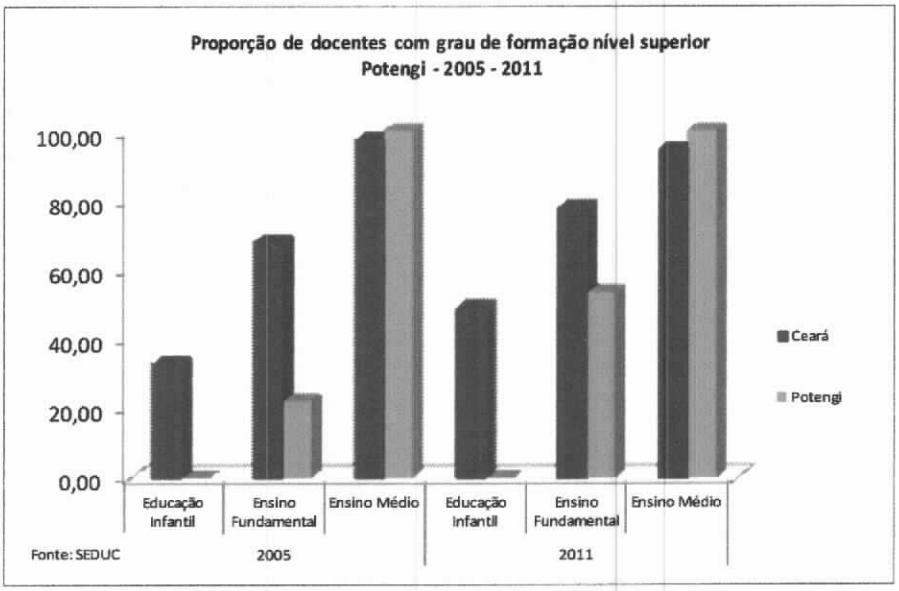
Fonte: Secretaria da Educação Básica (SEDUC).



Taxa de Analfabetismo Funcional para Pessoas com 15 anos ou mais – 2000/2010

Discriminação	Município		Estado	
	2000	2010	2000	2010
População residente 15 anos ou mais	5.961	7.195	4.938.392	6.264.131
População alfabetizada 15 anos ou mais	3.142	4.712	3.627.614	5.087.493
Taxa de analfabetismo funcional (15 anos ou mais)	47,29	34,51	26,54	18,78

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) – Censos Demográficos 2000/2010.



2.5 – Índices de Desenvolvimento

Índices de Desenvolvimento

Índices	Valor	Posição no Ranking
Índice de Desenvolvimento Municipal (IDM) – 2010	15,41	158
Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) – 2000	0,596	154
Índice de Desenvolvimento Social de Oferta (IDS-O) – 2009	0,335	157
Índice de Desenvolvimento Social de Resultado (IDS-R) – 2009	0,377	184

Fonte: IPECE/PNUD.

População Extremamente Pobre: (Com rendimento domiciliar *per capita* mensal de até R$ 70,00) - 2010

Discriminação	População Extremamente Pobre			
	Município	%	Estado	%
Total	3.463	33,70	1.502.924	17,78
Urbana	1.351	23,64	726.270	11,44
Rural	2.112	46,30	776.654	36,88

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) – Censo Demográfico 2010.

2.6 – Emprego e Renda

Número de Empregos Formais - 2011

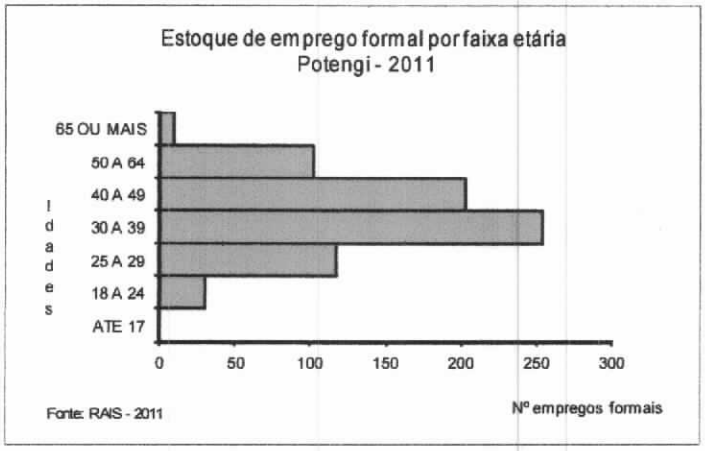
Discriminação	Número de Empregos Formais					
	Município			Estado		
	Total	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino
Total das Atividades	715	248	467	1.406.906	784.780	622.126
Extrativa Mineral	-	-	-	2.812	2.529	2.529
Indústria de Transformação	-	-	-	251.767	154.180	154.180
Serviços Industriais de Utilidade Pública	-	-	-	7.603	6.533	6.533
Construção Civil	-	-	-	84.994	79.770	79.770
Comércio	52	29	23	230.755	139.011	139.011
Serviços	17	12	5	401.345	229.453	229.453
Administração Pública	643	204	439	403.177	151.672	151.672
Agropecuária	3	3	-	24.453	21.632	21.632

Fonte: RAIS/2011– MTE.

Saldo de Empregos Formais - 2011

Discriminação	Saldo de Empregos Formais					
	Município			Estado		
	Admitidos	Desligados	Saldo	Admitidos	Desligados	Saldo
Total das Atividades	20	15	5	489.918	443.892	46.026
Extrativa Mineral	-	-	-	1.382	992	390
Indústria de Transformação	-	-	-	97.663	97.481	182
Serviços Industriais de Utilidade Pública	-	-	-	1.937	1.758	179
Construção Civil	-	-	-	82.465	77.361	5.104
Comércio	17	14	3	111.263	95.944	15.319
Serviços	3	1	2	178.632	154.834	23.798
Administração Pública	-	-	-	2.210	2.260	-50
Agropecuária	-	-	-	14.366	13.262	1.104

Fonte: CAGED-MTE.



Renda Domiciliar *per* capita (Salário mínimo R$ 510,00) - 2010

Discriminação	Município		Estado		(%) Município/Estado
	Nº	%	Nº	%	
Total	2.828	100,00	2.365.276	100,00	0,12
Até 1/4	1.089	38,51	515.628	21,80	0,21
Mais de 1/4 a 1/2	680	24,05	648.315	27,41	0,00
Mais de 1/2 a 1	706	24,96	659.736	27,89	0,11
Mais de 1 a 2	153	5,41	253.603	10,72	0,06
Mais de 2 a 3	25	0,88	69.758	2,95	0,04
Mais de 3	33	1,17	112.321	4,75	0,03
Sem rendimento	141	4,99	105.371	4,45	0,13

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) – Censo Demográfico 2010.

3 - INFRAESTRUTURA

3.1 - SANEAMENTO

Abastecimento de Água - 2011

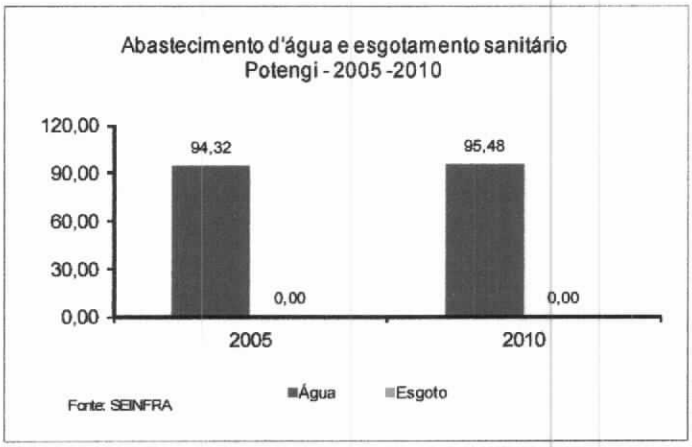
Discriminação	Abastecimento de Água		
	Município	Estado	% Sobre o Total do Estado
Ligações reais	1.897	1.493.388	0,13
Ligações ativas	1.798	1.393.477	0,13
me produzido (m³)	293.808	368.534.122	0,08
Taxa de cobertura d´água urbana (%) (1)	95,48	91,57	-

Fonte: Companhia de Água e Esgoto do Ceará (CAGECE)/ SE INFRA.
(1) Dados referente à 2010.

Esgotamento Sanitário – 2011

Discriminação	Esgotamento Sanitário		
	Município	Estado	% Sobre o Total do Estado
Ligações reais	-	473.318	-
Ligações ativas	-	451.013	-
Taxa de cobertura urbana de esgoto (%) (1)	-	28,87	-

Fonte: Companhia de Água e Esgoto do Ceará (CAGECE)/ SE INFRA.
(1) Dados referente à 2010.



Domicílios Particulares Permanentes Segundo as Formas de Abastecimento de Água - 2000/2010

Formas de Abastecimentos	Município				Estado			
	2000	%	2010	%	2000	%	2010	%
Total	2.143	100,00	2.828	100,00	1.757.888	100,00	2.365.276	100,00
Ligada a rede geral	954	44,52	1.815	64,18	1.068.746	60,80	1.826.543	77,22
Poço ou nascente	31	1,45	91	3,22	360.737	20,52	221.161	9,35
Outra	1.158	54,04	922	32,60	328.405	18,68	317.565	13,43

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) – Censos Demográficos - 2000/2010.

Domicílios Particulares Permanente Segundo os Tipos de Esgotamento Sanitário - 2000/2010

Tipos de Esgotamentos Sanitários	Município				Estado			
	2000	%	2010	%	2000	%	2010	%
Total (1)	2.143	100,00	2.828	100,00	1.757.888	100,00	2.365.276	100,00
Rede geral ou pluvial	5	0,23	132	4,67	376.884	21,44	774.873	32,76
Fossa séptica	36	1,68	94	3,32	218.682	12,44	251.193	10,62
Outra	1.062	49,56	2.153	76,13	731.075	41,59	1.167.911	49,38
Não tinham banheiros	1.040	48,53	449	15,88	431.247	24,53	171.277	7,24

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) – Censos Demográficos - 2000/2010.
(1) Inclusive os domicílios sem declaração da existência de banheiro ou sanitário.

3.2 - Energia Elétrica e Coleta de Lixo

Consumo e Consumidores de Energia Elétrica - 2011

Classes de Consumo	Consumo (mwh)	Consumidores
Total	3.562	3.566
Residencial	2.033	2.744
Industrial	9	5
Comercial	366	219
Rural	335	497
Público	819	101
Próprio	-	-

Fonte: Companhia Energética do Ceará (COELCE).

Domicílios Particulares Permanente Segundo Energia Elétrica e Lixo Coletado - 2000/2010

Discriminação	Município				Estado			
	2000	%	2010	%	2000	%	2010	%
Total	2.143	-	2.828	-	1.757.888	-	2.365.276	-
Com energia elétrica	1.506	70,28	2.792	98,73	1.568.648	89,23	2.340.224	98,94
Com lixo coletado	636	29,68	1.620	57,28	1.081.790	61,54	1.781.993	75,34

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) – Censos Demográficos - 2000/2010.

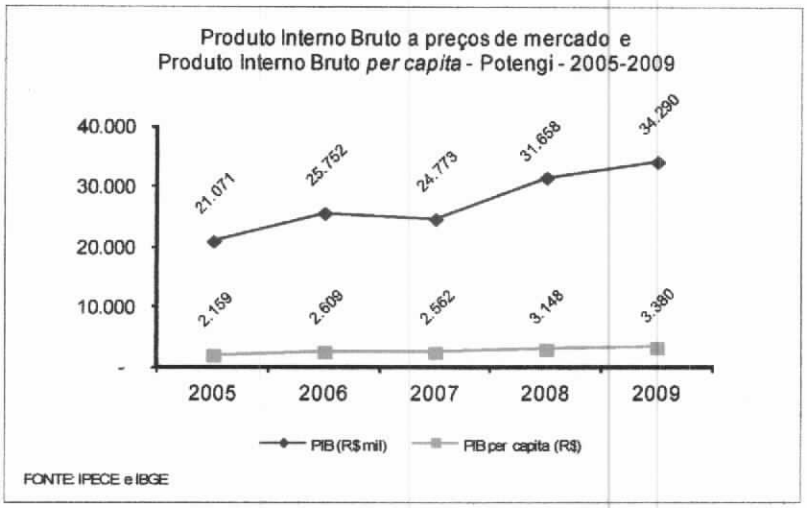
4 – ECONOMIA E FINANÇAS

4.1 - Produto Interno Bruto

Produto Interno Bruto - 2009

Discriminação	Município	Estado
PIB a preços de mercado (R$ mil)	34.290	65.703.761
PIB *per capita* (R$ 1,00)	3.380	7.687
PIB por setor (%)		
Agropecuária	11,09	5,10
Indústria	10,28	24,51
Serviços	78,63	70,38

Fontes: IBGE/IPECE.



4.2 - Finanças Públicas

Receita Municipal - 2011

Discriminação	Receita Municipal	
	Valor Corrente (R$ mil)	% Sobre a Receita Total
Receita Total	18.162	100,00
Receitas correntes	16.281	89,64
Receita tributária	770	4,24
Receita de contribuições	13	0,07
Receita patrimonial	63	0,34
Receita de serviços	-	-
Transferências correntes	15.417	84,89
Outras receitas correntes	18	0,11
Receitas de capital	1.881	11,55

Fonte: Tribunal de Contas dos Municípios (TCM).

Despesa Municipal - 2011

Discriminação	Despesa Municipal	
	Valor Corrente (R$ mil)	% Sobre a Despesa Total
Total	17.902	100,00
Despesas correntes	13.998	78,19
Pessoal e encargos sociais	7.638	42,67
Juros e encargos da dívida	-	-
Outras despesas correntes	6.360	35,53
Despesas de capital	3.904	21,81
Investimentos	3.607	20,15
Inversões financeiras	-	-
Amortização da dívida	297	1,66

Fonte: Tribunal de Contas dos Municípios (TCM).

Receita Estadual Arrecadada - 2011

Discriminação	Receita Estadual Arrecadada	
	Valor Corrente (R$ mil)	% Sobre a Receita Total
Receita total	461	-
Receita tributária	461	100,00
Receita do ICMS	314	68,02

Fonte: Secretaria da Fazenda (SEFAZ).
Nota: Não foram considerados ajustes e anulações de receitas.

Receita da União Arrecadada - 2011

Discriminação	Receita da União Arrecadada	
	Valor Corrente (R$ mil)	% Sobre a Receita Total
Receita total	249	-
Arrecadação IPI	-	-

Fonte: Secretaria Regional da Receita Federal.
Nota: Arrecadação bruta sem retificações.

5 – POLÍTICA

Prefeitura

Endereço	Telefone
Rua José Edmilson Rocha, 135 – Centro C.E.P: 63.160-000	(88) 3538-1575 Fax (88) 3538-1454

Fonte: Associação dos Municípios e Prefeitos do Estado do Ceará (APRECE).

Prefeito Eleito - 2008

Nome	Partido
Samuel Carlos Tenório Alves de Alencar (DR. SAMUEL)	PCdoB

Fonte: Associação dos Municípios e Prefeitos do Estado do Ceará (APRECE).

GOVERNO FEDERAL

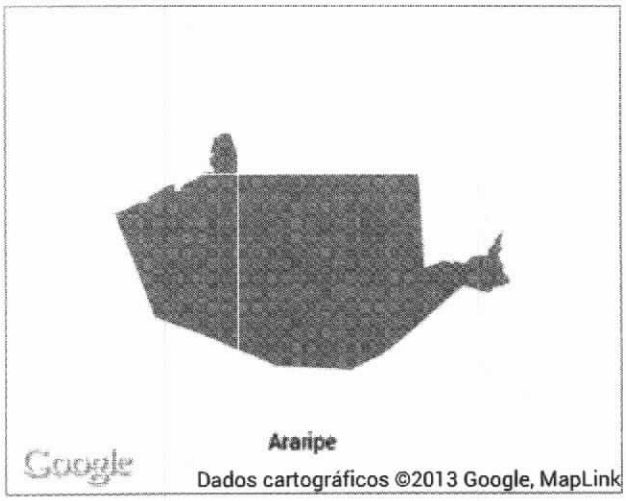
INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE)

PERFIL BÁSICO MUNICIPAL

POTENGI

FORTALEZA-CE
2010

Ceará » Potengi



População estimada 2013	10.651
População 2010	10.276
Área da unidade territorial (km²)	338,727
Densidade demográfica (hab/km²)	30,34
Código do Município	2311207
Gentílico	potengiense
Prefeito	SAMUEL CARLOS TENORIO ALVES DE ALENCAR

Histórico do município | **Infográficos** | **Síntese das Informações**

Informações Estatísticas

- **Censo Agropecuário 2006**
- **Censo Demográfico 2010**
- **Ensino - Matrículas, Docentes e Rede Escolar**
- **Estatísticas do Cadastro Central de Empresas**
- **Estatísticas do Registro Civil**
- **Estimativa da População**
- **Extração Vegetal e Silvicultura**
- **Finanças Públicas**
- **Frota**
- **Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos no Brasil 2010**
- **Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - IDHM**
- **Instituições Financeiras**
- **Lavoura Permanente**
- **Lavoura Temporária**

Mapa de Pobreza e Desigualdade - Municípios Brasileiros 2003

Morbidades Hospitalares

Pecuária

Pesquisa Nacional de Saneamento Básico 2008

Produção Agrícola Municipal - Cereais, Leguminosas e Oleaginosas 2007

Produto Interno Bruto dos Municípios

Representação Política

Serviços de Saúde

Fontes das Informações

Detalhes sobre as Fontes das Informações

© 2013 IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

Acesso à Informação

Español English procure no IBGE

O Cidades é uma ferramenta para se obter informações sobre todos os municípios do Brasil num mesmo lugar. Aqui são encontrados gráficos, tabelas, históricos e mapas que traçam um perfil completo de cada uma das cidades brasileiras.

AC AL AM AP BA CE DF ES GO MA MG MS MT PA PB PE PI PR RJ RN RO RR RS SC SE SP TO OK

Ceará » Potengi » infográficos: histórico

Dados Gerais
População
Economia
Saúde
Educação
Casamentos
Frota
Histórico

Curtir 0 Tweetar 0 LINK: http://cod.ibge.gov.br/8DZF

imprimir

Histórico
Potengi Ceará - CE

Histórico

À margem do riacho Brejinho, formou-se o lugarejo que se chamou Xiquexique.

Passou a chamar-se Ibitira. Conservou depois a denominação de Potengi, que em linguagem indígena significa "água ou riacho dos camarões".

São José é o padroeiro da cidade. A paróquia pertence ao bispado do Crato.

Gentílico: potengiense

Formação Administrativa

Em divisão administrativa referente ao ano de 1911, figura no município de Araripe

o distrito de Chique-Chique. Pelo decreto estadual nº 193, de 20-05-1931, é extinto o município de Araripe, sendo o distrito de chique-Chique anexado ao município de Assaré. Em divisão administrativa referente ao ano de 1933, o distrito de Chique-Chique, figura no município de Assaré. Pelo decreto estadual nº 1540, de 03-05-1935, é recriado o município de Araripe, voltando o distrito de Chique-Chique a pertencer a este município. Em divisões territoriais datadas de 31-XII-1936 e 31-XII-1937, Chique-Chique figura no município de Araripe. Pelo decreto estadual nº 448, de 20-12-1938, o distrito de Chique-Chique passou a ser grafado XiqueXique. Pelo decreto estadual nº 1114, de 30-12-1943, o distrito de Xique Xique passou a denominar-se Pontegi. No quadro fixado para vigorar no período de 1944-1948, o distrito já denominado Potengi permanece no município de Araripe.

Assim permanecendo em divisão territorial datada de 1-VII-1950.

Pela lei estadual nº 1153, de 22-11-1951, o distrito de Potengi, passou a denominar-se Ibitiara.

Em divisão territorial datada de 1-VII-1955, o distrito já denominado Ibitiara, figura no município de Araripe.

Elevado à categoria de município com a denominação de Potengi pela lei estadual nº 3786, de 04-09-1957, desmembrado de Potengi ex-Ibitiara. Constituído de 2 distritos: Potengi e Barreiros. Criado pela mesma lei do município. Instalado em 25-03-1959.

Em divisão territorial datada de 1-VII-1960, o município é constituído de 2 distritos: Potengi e Barreiros. Assim permanecendo em divisão territorial datada de 2005.

Alterações de Grafia Chique-Chique para XiqueXique teve sua grafia aterada, pelo decreto estadual nº 448, de 20-12-1938.

Alterações toponímicas distritais

XiqueXique para Potengi alterado, pelo decreto-lei estadual nº 1114, de 30-12-1943.

Potengi para Ibitiara alterado, pela lei estadual nº 1153, de 22-11-1951.

Ibitiara para Potengi alterado pela lei estadual nº 3786, de 04-09-1957.

Fonte: IBGE

© 2013 IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

Ceará » Potengi » censo agropecuário - 2006

Download em arquivo .CSV para Excel

Censo Agropecuário 2006

Condição do produtor - Arrendatário - Feminino - Área dos estabelecimentos agropecuários	27 Hectares
Condição do produtor - Arrendatário - Feminino - Número de estabelecimentos agropecuários	32 Unidades
Condição do produtor - Arrendatário - Masculino - Área dos estabelecimentos agropecuários	442 Hectares
Condição do produtor - Arrendatário - Masculino - Número de estabelecimentos agropecuários	203 Unidades
Condição do produtor - Arrendatário - Masculino e Feminino - Área dos estabelecimentos agropecuários	469 Hectares
Condição do produtor - Arrendatário - Masculino e Feminino - Número de estabelecimentos agropecuários	235 Unidades
Condição do produtor - Assentado sem titulação definitiva - Feminino - Área dos estabelecimentos agropecuários	- Hectares
Condição do produtor - Assentado sem titulação definitiva - Feminino - Número de estabelecimentos agropecuários	- Unidades
Condição do produtor - Assentado sem titulação definitiva - Masculino - Área dos estabelecimentos agropecuários	- Hectares
Condição do produtor - Assentado sem titulação definitiva - Masculino - Número de estabelecimentos agropecuários	- Unidades
Condição do produtor - Assentado sem titulação definitiva - Masculino e Feminino - Área dos estabelecimentos agropecuários	- Hectares
Condição do produtor - Assentado sem titulação definitiva - Masculino e Feminino - Número de estabelecimentos agropecuários	- Unidades
Condição do produtor - Ocupante - Feminino - Área dos estabelecimentos agropecuários	19 Hectares
Condição do produtor - Ocupante - Feminino - Número de estabelecimentos agropecuários	17 Unidades
Condição do produtor - Ocupante - Masculino - Área dos estabelecimentos agropecuários	330 Hectares

Censo Agropecuário 2006

Condição do produtor - Ocupante - Masculino - Número de estabelecimentos agropecuários	174 Unidades
Condição do produtor - Ocupante - Masculino e Feminino - Área dos estabelecimentos agropecuários	349 Hectares
Condição do produtor - Ocupante - Masculino e Feminino - Número de estabelecimentos agropecuários	191 Unidades
Condição do produtor - Parceiro - Feminino - Área dos estabelecimentos agropecuários	7 Hectares
Condição do produtor - Parceiro - Feminino - Número de estabelecimentos agropecuários	7 Unidades
Condição do produtor - Parceiro - Masculino - Área dos estabelecimentos agropecuários	229 Hectares
Condição do produtor - Parceiro - Masculino - Número de estabelecimentos agropecuários	82 Unidades
Condição do produtor - Parceiro - Masculino e Feminino - Área dos estabelecimentos agropecuários	236 Hectares
Condição do produtor - Parceiro - Masculino e Feminino - Número de estabelecimentos agropecuários	89 Unidades
Condição do produtor - Produtor sem área - Feminino - Área dos estabelecimentos agropecuários	- Hectares
Condição do produtor - Produtor sem área - Feminino - Número de estabelecimentos agropecuários	30 Unidades
Condição do produtor - Produtor sem área - Masculino - Área dos estabelecimentos agropecuários	- Hectares
Condição do produtor - Produtor sem área - Masculino - Número de estabelecimentos agropecuários	250 Unidades
Condição do produtor - Produtor sem área - Masculino e Feminino - Área dos estabelecimentos agropecuários	- Hectares
Condição do produtor - Produtor sem área - Masculino e Feminino - Número de estabelecimentos agropecuários	280 Unidades
Condição do produtor - Proprietário - Feminino - Área dos estabelecimentos agropecuários	281 Hectares
Condição do produtor - Proprietário - Feminino - Número de estabelecimentos agropecuários	25 Unidades
Condição do produtor - Proprietário - Masculino - Área dos estabelecimentos agropecuários	15.847 Hectares
Condição do produtor - Proprietário - Masculino - Número de estabelecimentos agropecuários	282 Unidades

Censo Agropecuário 2006

Condição do produtor - Proprietário - Masculino e Feminino - Área dos estabelecimentos agropecuários	16.128 Hectares
Condição do produtor - Proprietário - Masculino e Feminino - Número de estabelecimentos agropecuários	307 Unidades
Condição do produtor - Total - Feminino - Área dos estabelecimentos agropecuários	333 Hectares
Condição do produtor - Total - Feminino - Número de estabelecimentos agropecuários	111 Unidades
Condição do produtor - Total - Masculino - Área dos estabelecimentos agropecuários	16.848 Hectares
Condição do produtor - Total - Masculino - Número de estabelecimentos agropecuários	991 Unidades
Condição do produtor - Total - Masculino e Feminino - Área dos estabelecimentos agropecuários	17.182 Hectares
Condição do produtor - Total - Masculino e Feminino - Número de estabelecimentos agropecuários	1.102 Unidades
Condição legal do produtor - Condomínio, consórcio ou sociedade de pessoas - Área dos estabelecimentos agropecuários	615 Hectares
Condição legal do produtor - Condomínio, consórcio ou sociedade de pessoas - Número de estabelecimentos agropecuários	129 Unidades
Condição legal do produtor - Cooperativa - Área dos estabelecimentos agropecuários	- Hectares
Condição legal do produtor - Cooperativa - Número de estabelecimentos agropecuários	- Unidades
Condição legal do produtor - Governo (federal, estadual ou municipal) - Área dos estabelecimentos agropecuários	- Hectares
Condição legal do produtor - Governo (federal, estadual ou municipal) - Número de estabelecimentos agropecuários	- Unidades
Condição legal do produtor - Insituição de utilidade pública - Área dos estabelecimentos agropecuários	- Hectares
Condição legal do produtor - Insituição de utilidade pública - Número de estabelecimentos agropecuários	- Unidades
Condição legal do produtor - Outra condição - Área dos estabelecimentos agropecuários	Não disponível Hectares
Condição legal do produtor - Outra condição - Número de estabelecimentos agropecuários	2 Unidades
Condição legal do produtor - Proprietário individual - Área dos estabelecimentos agropecuários	16.124 Hectares

Censo Agropecuário 2006

Condição legal do produtor - Proprietário individual - Número de estabelecimentos agropecuários	970	Unidades
Condição legal do produtor - Sociedade anônima ou por cotas de responsabilidade limitada - Área dos estabelecimentos agropecuários	Não disponível	Hectares
Condição legal do produtor - Sociedade anônima ou por cotas de responsabilidade limitada - Número de estabelecimentos agropecuários	1	Unidades
Espécie de efetivo - Asininos - Número de cabeças	103	Cabeças
Espécie de efetivo - Asininos - Número de estabelecimentos agropecuários	72	Unidades
Espécie de efetivo - Aves - Número de cabeças	14	Mil cabeças
Espécie de efetivo - Aves - Número de estabelecimentos agropecuários	461	Unidades
Espécie de efetivo - Bovinos - Número de cabeças	5.076	Cabeças
Espécie de efetivo - Bovinos - Número de estabelecimentos agropecuários	232	Unidades
Espécie de efetivo - Bubalinos - Número de cabeças	-	Cabeças
Espécie de efetivo - Bubalinos - Número de estabelecimentos agropecuários	-	Unidades
Espécie de efetivo - Caprinos - Número de cabeças	658	Cabeças
Espécie de efetivo - Caprinos - Número de estabelecimentos agropecuários	48	Unidades
Espécie de efetivo - Equinos - Número de cabeças	154	Cabeças
Espécie de efetivo - Equinos - Número de estabelecimentos agropecuários	87	Unidades
Espécie de efetivo - Muares - Número de cabeças	83	Cabeças
Espécie de efetivo - Muares - Número de estabelecimentos agropecuários	66	Unidades
Espécie de efetivo - Outras aves - Número de cabeças	491	Mil cabeças
Espécie de efetivo - Outras aves - Número de estabelecimentos agropecuários	26	Unidades
Espécie de efetivo - Ovinos - Número de cabeças	3.651	Cabeças
Espécie de efetivo - Ovinos - Número de estabelecimentos agropecuários	130	Unidades
Espécie de efetivo - Suínos - Número de cabeças	1.614	Cabeças

Censo Agropecuário 2006

Espécie de efetivo - Suínos - Número de estabelecimentos agropecuários	285 Unidades
Número de estabelecimentos agropecuários que produziram leite no ano	146 Unidades
Número de estabelecimentos agropecuários que produziram ovos de galinhas no ano	350 Unidades
Número de estabelecimentos agropecuários que venderam leite cru no ano	56 Unidades
Número de estabelecimentos agropecuários que venderam leite pasteurizado no ano	1 Unidades
Número de estabelecimentos agropecuários que venderam ovos de galinhas no ano	168 Unidades
Número de estabelecimentos agropecuários que venderam ovos de galinhas para incubação no ano	17 Unidades
Pessoal ocupado em estabelecimentos agropecuários em 31/12 - Sexo - Homens	2.733 Pessoas
Pessoal ocupado em estabelecimentos agropecuários em 31/12 - Sexo - Mulheres	1.119 Pessoas
Pessoal ocupado em estabelecimentos agropecuários em 31/12 com 14 anos e mais de idade - Sexo - Homens	2.552 Pessoas
Pessoal ocupado em estabelecimentos agropecuários em 31/12 com 14 anos e mais de idade - Sexo - Mulheres	965 Pessoas
Potência dos tratores - De 100 cv e mais - Número de estabelecimentos agropecuários com tratores	3 Unidades
Potência dos tratores - De 100 cv e mais - Número de tratores existentes nos estabelecimentos agropecuários	3 Unidades
Potência dos tratores - Menos de 100 cv - Número de estabelecimentos agropecuários com tratores	1 Unidades
Potência dos tratores - Menos de 100 cv - Número de tratores existentes nos estabelecimentos agropecuários	Não disponível Unidades
Potência dos tratores - Total - Número de estabelecimentos agropecuários com tratores	4 Unidades
Potência dos tratores - Total - Número de tratores existentes nos estabelecimentos agropecuários	4 Unidades
Produtos da lavoura permanente - Banana - Número de estabelecimentos agropecuários com mais de 50 pés existentes em 31/12	3 Unidades
Produtos da lavoura permanente - Banana - Quantidade produzida nos estabelecimentos agropecuários com mais de 50 pés existentes em 31/12	63 Toneladas

Censo Agropecuário 2006

Produtos da lavoura permanente - Banana - Valor da produção dos estabelecimentos agropecuários com mais de 50 pés existentes em 31/12	902 Mil Reais
Produtos da lavoura permanente - Café arábica em grão (verde) - Número de estabelecimentos agropecuários com mais de 50 pés existentes em 31/12	- Unidades
Produtos da lavoura permanente - Café arábica em grão (verde) - Quantidade produzida nos estabelecimentos agropecuários com mais de 50 pés existentes em 31/12	- Toneladas
Produtos da lavoura permanente - Café arábica em grão (verde) - Valor da produção dos estabelecimentos agropecuários com mais de 50 pés existentes em 31/12	- Mil Reais
Produtos da lavoura permanente - Café canephora (robusta, conilon) em grão (verde) - Número de estabelecimentos agropecuários com mais de 50 pés existentes em 31/12	- Unidades
Produtos da lavoura permanente - Café canephora (robusta, conilon) em grão (verde) - Quantidade produzida nos estabelecimentos agropecuários com mais de 50 pés existentes em 31/12	- Toneladas
Produtos da lavoura permanente - Café canephora (robusta, conilon) em grão (verde) - Valor da produção dos estabelecimentos agropecuários com mais de 50 pés existentes em 31/12	- Mil Reais
Produtos da lavoura permanente - Laranja - Quantidade produzida nos estabelecimentos agropecuários com mais de 50 pés existentes em 31/12	- Toneladas
Produtos da lavoura permanente - Laranja - Valor da produção dos estabelecimentos agropecuários com mais de 50 pés existentes em 31/12	- Mil Reais
Produtos da lavoura permanente -Laranja - Número de estabelecimentos agropecuários com mais de 50 pés existentes em 31/12	- Unidades
Produtos da lavoura temporária - Cana-de-açúcar - Número de estabelecimentos agropecuários	- Unidades
Produtos da lavoura temporária - Cana-de-açúcar - Quantidade produzida	- Toneladas
Produtos da lavoura temporária - Cana-de-açúcar - Valor da produção	- Mil Reais
Produtos da lavoura temporária - Feijão de cor em grão - Número de estabelecimentos agropecuários	13 Unidades
Produtos da lavoura temporária - Feijão de cor em grão - Quantidade produzida	5 Toneladas
Produtos da lavoura temporária - Feijão de cor em grão - Valor da produção	4 Mil Reais
Produtos da lavoura temporária - Feijão fradinho em grão - Número de estabelecimentos agropecuários	924 Unidades
Produtos da lavoura temporária - Feijão fradinho em grão - Quantidade produzida	860 Toneladas

Censo Agropecuário 2006

Produtos da lavoura temporária - Feijão fradinho em grão - Valor da produção	806	Mil Reais
Produtos da lavoura temporária - Mandioca (aipim, macaxeira) - Número de estabelecimentos agropecuários	2	Unidades
Produtos da lavoura temporária - Mandioca (aipim, macaxeira) - Quantidade produzida	Não disponível	Toneladas
Produtos da lavoura temporária - Mandioca (aipim, macaxeira) - Valor da produção	Não disponível	Mil Reais
Produtos da lavoura temporária - Milho em grão - Número de estabelecimentos agropecuários	1.011	Unidades
Produtos da lavoura temporária - Milho em grão - Quantidade produzida	3.907	Toneladas
Produtos da lavoura temporária - Milho em grão - Valor da produção	1.207	Mil Reais
Produtos da lavoura temporária - Soja em grão - Número de estabelecimentos agropecuários	-	Unidades
Produtos da lavoura temporária - Soja em grão - Quantidade produzida	-	Toneladas
Produtos da lavoura temporária - Soja em grão - Valor da produção	-	Mil Reais
Produtos da lavoura temporária - Trigo em grão - Número de estabelecimentos agropecuários	-	Unidades
Produtos da lavoura temporária - Trigo em grão - Quantidade produzida	-	Toneladas
Produtos da lavoura temporária - Trigo em grão - Valor da produção	-	Mil Reais
Quantidade produzida de leite de vaca cru beneficiado no ano nos estabelecimentos agropecuários	119	Mil litros
Quantidade produzida de leite de vaca no ano nos estabelecimentos agropecuários	897	Mil litros
Quantidade produzida de ovos de galinhas no ano nos estabelecimentos agropecuários	51	Mil dúzias
Quantidade vendida de ovos de galinhas no ano nos estabelecimentos agropecuários	21	Mil dúzias
Quantidade vendida de ovos de galinhas para incubação no ano nos estabelecimentos agropecuários	0	Mil dúzias
Quantidade vendida no ano de leite de vaca cru nos estabelecimentos agropecuários	593	Mil litros
Quantidade vendida no ano de leite de vaca pasteurizado nos estabelecimentos agropecuários	1	Mil litros

Censo Agropecuário 2006

Sistema de preparo do solo - Cultivo convencional (aração mais gradagem) ou gradagem profunda - Número de estabelecimentos agropecuários	51 Unidades
Sistema de preparo do solo - Cultivo mínimo (só gradagem) - Número de estabelecimentos agropecuários	285 Unidades
Sistema de preparo do solo - Plantio direto na palha - Número de estabelecimentos agropecuários	3 Unidades
Utilização das terras - Construções, benfeitorias ou caminhos - Área dos estabelecimentos agropecuários	78 Hectares
Utilização das terras - Construções, benfeitorias ou caminhos - Número de estabelecimentos agropecuários	84 Unidades
Utilização das terras - Lavouras - área para cultivo de flores (inclusive hidroponia e plasticultura), viveiros de mudas, estufas de plantas e casas de vegetação - Número de estabelecimentos agropecuários	- Unidades
Utilização das terras - Lavouras - área para cultivo de flores (inclusive hidroponia e plasticultura), viveiros de mudas, estufas de plantas e casas de vegetação - Área dos estabelecimentos agropecuários	- Hectares
Utilização das terras - Lavouras - área plantada com forrageiras para corte - Área dos estabelecimentos agropecuários	146 Hectares
Utilização das terras - Lavouras - área plantada com forrageiras para corte - Número de estabelecimentos agropecuários	42 Unidades
Utilização das terras - Lavouras - permanentes - Área dos estabelecimentos agropecuários	14 Hectares
Utilização das terras - Lavouras - permanentes - Número de estabelecimentos agropecuários	16 Unidades
Utilização das terras - Lavouras - temporárias - Área dos estabelecimentos agropecuários	1.961 Hectares
Utilização das terras - Lavouras - temporárias - Número de estabelecimentos agropecuários	786 Unidades
Utilização das terras - Matas e/ou florestas - florestas plantadas com essências florestais - Área dos estabelecimentos agropecuários	Não disponível Hectares
Utilização das terras - Matas e/ou florestas - florestas plantadas com essências florestais - Número de estabelecimentos agropecuários	1 Unidades
Utilização das terras - Matas e/ou florestas - naturais (exclusive área de preservação permanente e as em sistemas agroflorestais) - Área dos estabelecimentos agropecuários	5.069 Hectares
Utilização das terras - Matas e/ou florestas - naturais (exclusive área de preservação permanente e as em sistemas agroflorestais) - Número de estabelecimentos agropecuários	173 Unidades

Censo Agropecuário 2006

Utilização das terras - Matas e/ou florestas - naturais destinadas à preservação permanente ou reserva legal - Área dos estabelecimentos agropecuários	524 Hectares
Utilização das terras - Matas e/ou florestas - naturais destinadas à preservação permanente ou reserva legal - Número de estabelecimentos agropecuários	24 Unidades
Utilização das terras - Pastagens - naturais - Área dos estabelecimentos agropecuários	1.916 Hectares
Utilização das terras - Pastagens - naturais - Número de estabelecimentos agropecuários	145 Unidades
Utilização das terras - Pastagens - plantadas degradadas - Área dos estabelecimentos agropecuários	887 Hectares
Utilização das terras - Pastagens - plantadas degradadas - Número de estabelecimentos agropecuários	88 Unidades
Utilização das terras - Pastagens - plantadas em boas condições - Área dos estabelecimentos agropecuários	4.173 Hectares
Utilização das terras - Pastagens - plantadas em boas condições - Número de estabelecimentos agropecuários	182 Unidades
Utilização das terras - Sistemas agroflorestais - área cultivada com espécies florestais também usada para lavouras e pastejo por animais - Área dos estabelecimentos agropecuários	1.691 Hectares
Utilização das terras - Sistemas agroflorestais - área cultivada com espécies florestais também usada para lavouras e pastejo por animais - Número de estabelecimentos agropecuários	97 Unidades
Utilização das terras - Tanques, lagos, açudes e/ou área de águas públicas para exploração da aquicultura - Área dos estabelecimentos agropecuários	210 Hectares
Utilização das terras - Tanques, lagos, açudes e/ou área de águas públicas para exploração da aquicultura - Número de estabelecimentos agropecuários	104 Unidades
Utilização das terras - Terras degradadas (erodidas, desertificadas, salinizadas, etc.) - Área dos estabelecimentos agropecuários	67 hectares
Utilização das terras - Terras degradadas (erodidas, desertificadas, salinizadas, etc.) - Número de estabelecimentos agropecuários	17 Unidades
Utilização das terras - Terras inaproveitáveis para agricultura ou pecuária (pântanos, areais, pedreiras, etc.) - Área dos estabelecimentos agropecuários	442 Hectares
Utilização das terras - Terras inaproveitáveis para agricultura ou pecuária (pântanos, areais, pedreiras, etc.) - Número de estabelecimentos agropecuários	34 Unidades
Vacas ordenhadas no ano nos estabelecimentos agropecuários	750 Cabeças

Censo Agropecuário 2006

Valor da produção de leite de vaca no ano nos estabelecimentos agropecuários	587 Mil Reais
Valor da produção dos ovos de galinhas no ano nos estabelecimentos agropecuários	111 Mil Reais
Valor da venda dos ovos de galinhas no ano nos estabelecimentos agropecuários	44 Mil Reais
Valor da venda dos ovos de galinhas para incubação no ano nos estabelecimentos agropecuários	0 Mil Reais
Valor da venda no ano de leite de vaca cru nos estabelecimentos agropecuários	363 Mil Reais
Valor da venda no ano de leite de vaca pasteurizado nos estabelecimentos agropecuários	1 Mil Reais

Fonte: Censo Agropecuário 2006. NOTA: Os dados com menos de 3 (três) informantes estão desidentificados, apresentando a expressão **Não disponível**, a fim de evitar a individualização da informação.

© 2013 IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

Ceará » Potengi » censo demográfico 2010: sinopse

Download em arquivo .CSV para Excel

Censo Demográfico 2010: Sinopse

Domicílios coletivos	4 domicílios
Domicílios coletivos com morador	1 domicílios
Domicílios coletivos sem morador	3 domicílios
Domicílios particulares não ocupados	664 domicílios
Domicílios particulares não ocupados de uso ocasional	173 domicílios
Domicílios particulares não ocupados vagos	491 domicílios
Domicílios particulares ocupados	2.836 domicílios
Domicílios particulares ocupados com entrevista realizada	2.836 domicílios
Domicílios particulares ocupados sem entrevista realizada	- domicílios
Domicílios recenseados	3.504 domicílios
Homens	4.987 homens
Homens de 1 a 4 anos de idade	420 homens
Homens de 10 a 14 anos de idade	558 homens
Homens de 100 anos ou mais de idade	1 homens
Homens de 15 a 19 anos de idade	478 homens
Homens de 20 a 24 anos de idade	461 homens
Homens de 25 a 29 anos de idade	338 homens
Homens de 30 a 34 anos de idade	326 homens
Homens de 35 a 39 anos de idade	313 homens

Censo Demográfico 2010: Sinopse

Homens de 40 a 44 anos de idade	266 homens
Homens de 45 a 49 anos de idade	250 homens
Homens de 5 a 9 anos de idade	476 homens
Homens de 50 a 54 anos de idade	230 homens
Homens de 55 a 59 anos de idade	153 homens
Homens de 60 a 64 anos de idade	180 homens
Homens de 65 a 69 anos de idade	139 homens
Homens de 70 a 74 anos de idade	136 homens
Homens de 75 a 79 anos de idade	72 homens
Homens de 80 a 84 anos de idade	48 homens
Homens de 85 a 89 anos de idade	29 homens
Homens de 90 a 94 anos de idade	8 homens
Homens de 95 a 99 anos de idade	7 homens
Homens de menos de 1 ano de idade	98 homens
Homens na área rural	2.284 homens
Homens na área urbana	2.703 homens
Média de moradores em domicílios particulares ocupados	3,62 moradores
Mulheres	5.289 mulheres
Mulheres de 1 a 4 anos de idade	380 mulheres
Mulheres de 10 a 14 anos de idade	537 mulheres
Mulheres de 100 anos ou mais de idade	- mulheres
Mulheres de 15 a 19 anos de idade	519 mulheres
Mulheres de 20 a 24 anos de idade	463 mulheres
Mulheres de 25 a 29 anos de idade	406 mulheres

Censo Demográfico 2010: Sinopse

Mulheres de 30 a 34 anos de idade	371 mulheres
Mulheres de 35 a 39 anos de idade	319 mulheres
Mulheres de 40 a 44 anos de idade	316 mulheres
Mulheres de 45 a 49 anos de idade	260 mulheres
Mulheres de 5 a 9 anos de idade	507 mulheres
Mulheres de 50 a 54 anos de idade	233 mulheres
Mulheres de 55 a 59 anos de idade	179 mulheres
Mulheres de 60 a 64 anos de idade	184 mulheres
Mulheres de 65 a 69 anos de idade	153 mulheres
Mulheres de 70 a 74 anos de idade	154 mulheres
Mulheres de 75 a 79 anos de idade	86 mulheres
Mulheres de 80 a 84 anos de idade	58 mulheres
Mulheres de 85 a 89 anos de idade	36 mulheres
Mulheres de 90 a 94 anos de idade	19 mulheres
Mulheres de 95 a 99 anos de idade	4 mulheres
Mulheres de menos de 1 ano de idade	105 mulheres
Mulheres na área rural	2.278 mulheres
Mulheres na área urbana	3.011 mulheres
População residente	10.276 pessoas
População residente rural	4.562 pessoas
População residente urbana	5.714 pessoas

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.
Clique aqui para obter as informações do Censo Demográfico 2010.

© 2013 IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

Ceará » Potengi » ensino - matrículas, docentes e rede escolar - 2012

Download em arquivo .CSV para Excel

Ensino - Matrículas, Docentes e Rede Escolar 2012

Docentes - Ensino fundamental - 2012 (1)	99 Docentes
Docentes - Ensino fundamental - escola privada - 2012 (1)	7 Docentes
Docentes - Ensino fundamental - escola pública estadual - 2012 (1)	14 Docentes
Docentes - Ensino fundamental - escola pública federal - 2012 (1)	Não existente Docentes
Docentes - Ensino fundamental - escola pública municipal - 2012 (1)	78 Docentes
Docentes - Ensino médio - 2012 (1)	23 Docentes
Docentes - Ensino médio - escola privada - 2012 (1)	0 Docentes
Docentes - Ensino médio - escola pública estadual - 2012 (1)	23 Docentes
Docentes - Ensino médio - escola pública federal - 2012 (1)	Não existente Docentes
Docentes - Ensino médio - escola pública municipal - 2012 (1)	0 Docentes
Docentes - Ensino pré-escolar - 2012 (1)	24 Docentes
Docentes - Ensino pré-escolar - escola privada - 2012 (1)	5 Docentes
Docentes - Ensino pré-escolar - escola pública estadual - 2012 (1)	0 Docentes
Docentes - Ensino pré-escolar - escola pública federal - 2012 (1)	Não existente Docentes
Docentes - Ensino pré-escolar - escola pública municipal - 2012 (1)	19 Docentes
Escolas - Ensino fundamental - 2012 (1)	19 Escolas
Escolas - Ensino fundamental - escola privada - 2012 (1)	2 Escolas
Escolas - Ensino fundamental - escola pública estadual - 2012 (1)	1 Escolas
Escolas - Ensino fundamental - escola pública federal - 2012 (1)	Não existente Escolas

Ensino - Matrículas, Docentes e Rede Escolar 2012

Escolas - Ensino fundamental - escola pública municipal - 2012 (1)	16 Escolas
Escolas - Ensino médio - 2012 (1)	1 Escolas
Escolas - Ensino médio - escola privada - 2012 (1)	0 Escolas
Escolas - Ensino médio - escola pública estadual - 2012 (1)	1 Escolas
Escolas - Ensino médio - escola pública federal - 2012 (1)	Não existente Escolas
Escolas - Ensino médio - escola pública municipal - 2012 (1)	0 Escolas
Escolas - Ensino pré-escolar - 2012 (1)	17 Escolas
Escolas - Ensino pré-escolar - escola privada - 2012 (1)	2 Escolas
Escolas - Ensino pré-escolar - escola pública estadual - 2012 (1)	0 Escolas
Escolas - Ensino pré-escolar - escola pública federal - 2012 (1)	Não existente Escolas
Escolas - Ensino pré-escolar - escola pública municipal - 2012 (1)	15 Escolas
Matrícula - Ensino fundamental - 2012 (1)	1.931 Matrículas
Matrícula - Ensino fundamental - escola privada - 2012 (1)	69 Matrículas
Matrícula - Ensino fundamental - escola pública estadual - 2012 (1)	150 Matrículas
Matrícula - Ensino fundamental - escola pública federal - 2012 (1)	Não existente Matrículas
Matrícula - Ensino fundamental - escola pública municipal - 2012 (1)	1.712 Matrículas
Matrícula - Ensino médio - 2012 (1)	285 Matrículas
Matrícula - Ensino médio - escola privada - 2012 (1)	0 Matrículas
Matrícula - Ensino médio - escola pública estadual - 2012 (1)	285 Matrículas
Matrícula - Ensino médio - escola pública federal - 2012 (1)	Não existente Matrículas
Matrícula - Ensino médio - escola pública municipal - 2012 (1)	0 Matrículas
Matrícula - Ensino pré-escolar - 2012 (1)	349 Matrículas
Matrícula - Ensino pré-escolar - escola privada - 2012 (1)	68 Matrículas
Matrícula - Ensino pré-escolar - escola pública estadual - 2012 (1)	0 Matrículas

Ensino - Matrículas, Docentes e Rede Escolar 2012

Matrícula - Ensino pré-escolar - escola pública federal - 2012 (1)	Não existente	Matrículas
Matrícula - Ensino pré-escolar - escola pública municipal - 2012 (1)	281	Matrículas

Fonte: (1)Ministério da Educação, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais - INEP - Censo Educacional 2012. NOTA: Atribui-se zeros aos valores dos municípios onde não há ocorrência da variável.

© 2013 IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

Ceará » Potengi » **estatísticas do cadastro central de empresas - 2011**

Download em arquivo .CSV para Excel

Estatísticas do Cadastro Central de Empresas 2011

Número de empresas atuantes	132 Unidades
Número de unidades locais	132 Unidades
Pessoal ocupado assalariado	699 Pessoas
Pessoal ocupado total	824 Pessoas
Salário médio mensal	1,3 Salários mínimos
Salários e outras remunerações	6.303 Mil Reais

Fonte: IBGE,Cadastro Central de Empresas 2011. Rio de Janeiro: IBGE, 2013. NOTA 1:Atribui-se zeros aos valores dos municípios onde não há ocorrência da variável ou onde, por arredondamento, os totais não atingem a unidade de medida. NOTA 2:Os dados com menos de 3(três) informantes estão desidentificados, apresentando a expressão **Não disponivel**, a fim de evitar a individualização da informação.

© 2013 IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatistica

Ceará » Potengi » **estatísticas do registro civil - 2011**

Download em arquivo .CSV para Excel

Estatísticas do Registro Civil 2011

Casamentos - registrados no ano - lugar do registro	16	casamentos
Divórcios - concedidos no ano - em 1ª instância - sem recursos - lugar da ação do processo	6	divórcios
Divórcios por escritura pública - tabelionatos de notas	1	divórcios
Nascidos vivos - registrados - lugar do registro	177	pessoas
Nascidos vivos - registrados - por lugar de residência da mãe	178	pessoas
Nascidos vivos - ocorridos no ano - por lugar de residência da mãe	171	pessoas
Nascidos vivos em hospital - ocorridos no ano - por lugar de residência da mãe	170	pessoas
Óbitos - ocorridos no ano - lugar de residência do falecido	64	pessoas
Óbitos - ocorridos no ano - lugar do registro	64	pessoas
Óbitos - ocorridos no ano - menores de 1 ano - lugar de residência do falecido	1	pessoas
Óbitos em hospital - ocorridos no ano - lugar do registro	34	pessoas
Óbitos fetais - ocorridos e registrados no ano - lugar de residência da mãe	-	pessoas
Separações judiciais - concedidas no ano - em 1ª instância - sem recursos - lugar da ação do processo	-	separações
Separações por escritura pública - tabelionatos de notas	-	separações

Fonte: IBGE,Estatística do Registro Civil de 2011. Rio de Janeiro: IBGE, 2012. NOTA 1: Atribui-se zeros aos valores dos municípios onde não há ocorrência da variável. NOTA 2: Nos totais das Unidades da Federação e Brasil, não foram incluídas as informações das variáveis de **Sem especificações**, **Ignorados** e **Estrangeiros**.

© 2013 IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

Ceará » Potengi » estimativa da população - 2013

Download em arquivo .CSV para Excel

Estimativa da População 2013

População estimada	10.651 pessoas

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais. NOTA 1: Estimativas da população residente com data de referência 1º de julho de 2013. NOTA 2: A população estimada para o município de Jacareacanga (PA) é em decorrência de decisão judicial.

© 2013 IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

Ceará » Potengi » extração vegetal e silvicultura - 2011

Download em arquivo .CSV para Excel

Extração Vegetal e Silvicultura 2011

Aromáticos, medicinais, tóxicos e corantes - ipecacuanha ou poaia - raiz - quantidade produzida	- tonelada
Aromáticos, medicinais, tóxicos e corantes - ipecacuanha ou poaia - raiz - valor da produção	- mil reais
Aromáticos, medicinais, tóxicos e corantes - jaborandi - folha - quantidade produzida	- tonelada
Aromáticos, medicinais, tóxicos e corantes - jaborandi - folha - valor da produção	- mil reais
Aromáticos, medicinais, tóxicos e corantes - outros - quantidade produzida	- tonelada
Aromáticos, medicinais, tóxicos e corantes - outros - valor da produção	- mil reais
Aromáticos, medicinais, tóxicos e corantes - urucum - semente - quantidade produzida	- tonelada
Aromáticos, medicinais, tóxicos e corantes - urucum - semente - valor da produção	- mil reais
Borrachas - caucho - quantidade produzida	- tonelada
Borrachas - caucho - valor da produção	- mil reais
Borrachas - hévea - látex coagulado - quantidade produzida	- tonelada
Borrachas - hévea - látex coagulado - valor da produção	- mil reais
Borrachas - hévea - látex líquido - quantidade produzida	- tonelada
Borrachas - hévea - látex líquido - valor da produção	- mil reais
Ceras - carnauba - cera - quantidade produzida	- tonelada
Ceras - carnauba - cera - valor da produção	- mil reais
Ceras - carnauba - pó - quantidade produzida	- tonelada
Ceras - carnauba - pó - valor da produção	- mil reais

Extração Vegetal e Silvicultura 2011

Ceras - outras - quantidade produzida	-	tonelada
Ceras - outras - valor da produção	-	mil reais
Fibras - buriti - quantidade produzida	-	tonelada
Fibras - buriti - valor da produção	-	mil reais
Fibras - carnauba - quantidade produzida	-	tonelada
Fibras - carnauba - valor da produção	-	mil reais
Fibras - outras fibras - quantidade produzida	-	tonelada
Fibras - outras fibras - valor da produção	-	mil reais
Fibras - piaçava - quantidade produzida	-	tonelada
Fibras - piaçava - valor da produção	-	mil reais
Gomas não elásticas - balata - quantidade produzida	-	tonelada
Gomas não elásticas - balata - valor da produção	-	mil reais
Gomas não elásticas - maçaranduba - quantidade produzida	-	tonelada
Gomas não elásticas - maçaranduba - valor da produção	-	mil reais
Gomas não elásticas - sorva - quantidade produzida	-	tonelada
Gomas não elásticas - sorva - valor da produção	-	mil reais
Madeiras - carvão vegetal - quantidade produzida	11	tonelada
Madeiras - carvão vegetal - valor da produção	7	mil reais
Madeiras - lenha - quantidade produzida	20.073	metro cúbico
Madeiras - lenha - valor da produção	292	mil reais
Madeiras - madeira em tora - quantidade produzida	-	metro cúbico
Madeiras - madeira em tora - valor da produção	-	mil reais
Oleaginosos - babaçu - amêndoa - quantidade produzida	-	tonelada

Extração Vegetal e Silvicultura 2011

Oleaginosos - babaçu - amêndoa - valor da produção	- mil reais
Oleaginosos - copaíba - óleo - quantidade produzida	- tonelada
Oleaginosos - copaíba - óleo - valor da produção	- mil reais
Oleaginosos - cumaru - amêndoa - quantidade produzida	- tonelada
Oleaginosos - cumaru - amêndoa - valor da produção	- mil reais
Oleaginosos - licuri - coquilho - quantidade produzida	- tonelada
Oleaginosos - licuri - coquilho - valor da produção	- mil reais
Oleaginosos - oiticica - semente - quantidade produzida	- tonelada
Oleaginosos - oiticica - semente - valor da produção	- mil reais
Oleaginosos - outros oleaginosos - quantidade produzida	- tonelada
Oleaginosos - outros oleaginosos - valor da produção	- mil reais
Oleaginosos - pequi - amêndoa - quantidade produzida	- tonelada
Oleaginosos - pequi - amêndoa - valor da produção	- mil reais
Oleaginosos - tucum - amêndoa - quantidade produzida	- tonelada
Oleaginosos - tucum - amêndoa - valor da produção	- mil reais
Pinheiro Brasileiro Nativo - madeira em tora - quantidade produzida	- metro cúbico
Pinheiro Brasileiro Nativo - árvores abatidas - quantidade produzida	- mil árvores
Pinheiro Brasileiro Nativo - árvores abatidas - valor da produção	- mil reais
Pinheiro Brasileiro Nativo - madeira em tora - valor da produção	- mil reais
Pinheiro Brasileiro Nativo - nó-de-pinho - quantidade produzida	- metro cúbico
Pinheiro Brasileiro Nativo - nó-de-pinho - valor da produção	- mil reais
Produtos Alimentícios - açaí - fruto - quantidade produzida	- tonelada
Produtos Alimentícios - castanha de cajú - quantidade produzida	0 tonelada

Extração Vegetal e Silvicultura 2011

Produtos Alimentícios - castanha-do-pará - quantidade produzida	- tonelada
Produtos Alimentícios - erva-mate cancheada - quantidade produzida	- tonelada
Produtos Alimentícios - mangaba - fruto - quantidade produzida	- tonelada
Produtos Alimentícios - palmito - quantidade produzida	- tonelada
Produtos Alimentícios - pinhão - quantidade produzida	- tonelada
Produtos Alimentícios - umbu - fruto - quantidade produzida	- tonelada
Produtos Alimentícios - açaí - fruto - valor da produção	- mil reais
Produtos Alimentícios - castanha de cajú - valor da produção	0 mil reais
Produtos Alimentícios - castanha-do-pará - valor da produção	- mil reais
Produtos Alimentícios - erva-mate cancheada - valor da produção	- mil reais
Produtos Alimentícios - mangaba - fruto - valor da produção	- mil reais
Produtos Alimentícios - outros - quantidade produzida	- tonelada
Produtos Alimentícios - outros - valor da produção	- mil Reais
Produtos Alimentícios - palmito - valor da produção	- mil reais
Produtos Alimentícios - pinhão - valor da produção	- mil reais
Produtos Alimentícios - umbu - fruto - valor da produção	- mil reais
Produtos da Silvicultura - acácia-negra - casca - quantidade produzida	- tonelada
Produtos da Silvicultura - acácia-negra - casca - valor da produção	- mil reais
Produtos da Silvicultura - carvão vegetal - quantidade produzida	- tonelada
Produtos da Silvicultura - carvão vegetal - valor da produção	- mil reais
Produtos da Silvicultura - eucalipto - folha - quantidade produzida	- tonelada
Produtos da Silvicultura - eucalipto - folha - valor da produção	- mil reais
Produtos da Silvicultura - lenha - quantidade produzida	- metro cúbico

Extração Vegetal e Silvicultura 2011

Produtos da Silvicultura - lenha - valor da produção	- mil reais
Produtos da Silvicultura - madeira em tora - quantidade produzida	- metro cúbico
Produtos da Silvicultura - madeira em tora - valor da produção	- mil reais
Produtos da Silvicultura - madeira em tora para outras finalidades - quantidade produzida	- metro cúbico
Produtos da Silvicultura - madeira em tora para outras finalidades - valor da produção	- mil reais
Produtos da Silvicultura - madeira em tora para papel e celulose - quantidade produzida	- metro cúbico
Produtos da Silvicultura - madeira em tora para papel e celulose - valor da produção	- mil reais
Produtos da Silvicultura - resina - quantidade produzida	- tonelada
Produtos da Silvicultura - resina - valor da produção	- mil reais
Tanantes - angico - casca - quantidade produzida	- tonelada
Tanantes - angico - casca - valor da produção	- mil reais
Tanantes - barbatimão - casca - quantidade produzida	- tonelada
Tanantes - barbatimão - casca - valor da produção	- mil reais
Tanantes - outros tanantes - quantidade produzida	- tonelada
Tanantes - outros tanantes - valor da produção	- mil reais

Fonte: IBGE, Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura 2011. Rio de Janeiro: IBGE, 2012. NOTA 1: Atribui-se zeros aos valores dos municípios onde, por arredondamento, os totais não atingem a unidade de medida. NOTA 2: Atribui-se a expressão dado **não existente** onde não há ocorrência da variável no município. NOTA 3: Não foi realizado levantamento para a variável "valor da produção" para os produtos, Pinheiro Brasileiro Nativo - (ávores abatidas) e Pinheiro Brasileiro Nativo - (madeira em tora).

© 2013 IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

Ceará » Potengi » finanças públicas - 2009

Download em arquivo .CSV para Excel

Finanças Públicas 2009

Despesas orçamentárias empenhadas	12.470.290,18 Reais
Despesas orçamentárias empenhadas - Capital	1.849.226,67 Reais
Despesas orçamentárias empenhadas - Correntes	10.621.063,51 Reais
Despesas orçamentárias empenhadas - Investimentos	1.694.622,21 Reais
Despesas orçamentárias empenhadas - Obras e Instalações	1.467.354,93 Reais
Despesas orçamentárias empenhadas - Outras Despesas Correntes	4.507.051,14 Reais
Despesas orçamentárias empenhadas - Pessoal e Encargos Sociais	6.114.012,37 Reais
Receitas orçamentárias realizadas	12.241.156,18 Reais
Receitas orçamentárias realizadas - Capital	720.403,32 Reais
Receitas orçamentárias realizadas - Contribuição	0,00 Reais
Receitas orçamentárias realizadas - Correntes	12.774.753,37 Reais
Receitas orçamentárias realizadas - Dívida Ativa	223,19 Reais
Receitas orçamentárias realizadas - Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial - IPTU	421,75 Reais
Receitas orçamentárias realizadas - Imposto Sobre Serviços - ISS	157.313,43 Reais
Receitas orçamentárias realizadas - Imposto sobre Transmissão-Intervivos - ITBI	2.956,73 Reais
Receitas orçamentárias realizadas - Outras Receitas Correntes	159.156,93 Reais
Receitas orçamentárias realizadas - Patrimonial	18.913,64 Reais
Receitas orçamentárias realizadas - Taxas	10.127,66 Reais
Receitas orçamentárias realizadas - Transferência de Capital	720.403,32 Reais

Finanças Públicas 2009

Receitas orçamentárias realizadas - Transferência Intergorvenamental da União	6.838.649,81	Reais
Receitas orçamentárias realizadas - Transferência Intergorvenamental do Estado	1.973.431,75	Reais
Receitas orçamentárias realizadas - Transferências Correntes	12.254.101,18	Reais
Receitas orçamentárias realizadas - Tributárias	342.311,62	Reais
Valor do Fundo de Participação dos Municípios - FPM	4.566.295,54	Reais
Valor do Imposto sobre Operações Financeiras - IOF - OURO - repassado aos Municípios	0,00	Reais
Valor do Imposto Territorial Rural - ITR	1.513,59	Reais

Fontes: Ministério da Fazenda, Secretaria do Tesouro Nacional, Registros Administrativos 2009. NOTA 1: Os totais de Brasil e Unidades da Federação são a soma dos valores dos municípios. NOTA 2: Atribui-se a expressão dado **não informado** às variáveis onde os valores dos municípios não foram informados. NOTA 3: Atribui-se zeros aos valores dos municípios onde não há ocorrência da variável.

© 2013 IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

Ceará » Potengi » **frota - 2012**

Download em arquivo .CSV para Excel

Frota 2012

Automóvel - Tipo de Veículo	272 automóveis
Caminhão - Tipo de Veículo	25 caminhões
Caminhão trator - Tipo de Veículo	1 caminhões Trator
Caminhonete - Tipo de Veículo	101 caminhonetes
Camioneta - Tipo de Veículo	15 camionetas
Micro-ônibus - Tipo de Veículo	6 micro-ônibus
Motocicleta - Tipo de Veículo	1.051 motocicletas
Motoneta - Tipo de Veículo	49 motonetas
Ônibus - Tipo de Veículo	5 ônibus
Outros - Tipo de Veículo	6 veículos
Total de Veículos	1.534 veículos
Trator de rodas - Tipo de Veículo	0 tratores de rodas
Utilitário - Tipo de Veículo	3 utilitários

Fonte: Ministério das Cidades, Departamento Nacional de Trânsito - DENATRAN - 2012. NOTA 1: Atribui-se zeros aos valores dos municípios onde não há ocorrência da variável. NOTA 2: Atribui-se a expressão dado **não informado** às variáveis onde os valores dos municípios não foram informados.

© 2013 IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

Ceará » Potengi » fundações privadas e associações sem fins lucrativos no brasil 2010

Download em arquivo .CSV para Excel

Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos no Brasil 2010

Número de unidades locais das entidades sem fins lucrativos	26 Unidades
Número de unidades locais das entidades sem fins lucrativos, por grupos da classificação das entidades sem fins lucrativos - 01 Habitação	- Unidades
Número de unidades locais das entidades sem fins lucrativos, por grupos da classificação das entidades sem fins lucrativos - 02 Saúde	- Unidades
Número de unidades locais das entidades sem fins lucrativos, por grupos da classificação das entidades sem fins lucrativos - 03 Cultura e recreação	- Unidades
Número de unidades locais das entidades sem fins lucrativos, por grupos da classificação das entidades sem fins lucrativos - 04 Educação e pesquisa	- Unidades
Número de unidades locais das entidades sem fins lucrativos, por grupos da classificação das entidades sem fins lucrativos - 05 Assistência social	- Unidades
Número de unidades locais das entidades sem fins lucrativos, por grupos da classificação das entidades sem fins lucrativos - 06 Religião	- Unidades
Número de unidades locais das entidades sem fins lucrativos, por grupos da classificação das entidades sem fins lucrativos - 07 Partidos políticos, sindicatos, associações patronais e profissionais	- Unidades
Número de unidades locais das entidades sem fins lucrativos, por grupos da classificação das entidades sem fins lucrativos - 08 Meio ambiente e proteção animal	- Unidades
Número de unidades locais das entidades sem fins lucrativos, por grupos da classificação das entidades sem fins lucrativos - 09 Desenvolvimento e defesa de direitos	- Unidades
Número de unidades locais das entidades sem fins lucrativos, por grupos da classificação das entidades sem fins lucrativos - 10 Outras instituições privadas sem fins lucrativos	- Unidades
Número de unidades locais das fundações privadas e associações sem fins lucrativos	21 Unidades
Número de unidades locais das fundações privadas e associações sem fins lucrativos, por grupos da classificação das fundações privadas e associações sem fins lucrativos - 01 Habitação	- Unidades

Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos no Brasil 2010

Número de unidades locais das fundações privadas e associações sem fins lucrativos, por grupos da classificação das fundações privadas e associações sem fins lucrativos - 02 Saúde	- Unidades
Número de unidades locais das fundações privadas e associações sem fins lucrativos, por grupos da classificação das fundações privadas e associações sem fins lucrativos - 03 Cultura e recreação	- Unidades
Número de unidades locais das fundações privadas e associações sem fins lucrativos, por grupos da classificação das fundações privadas e associações sem fins lucrativos - 04 Educação e pesquisa	- Unidades
Número de unidades locais das fundações privadas e associações sem fins lucrativos, por grupos da classificação das fundações privadas e associações sem fins lucrativos - 05 Assistência social	- Unidades
Número de unidades locais das fundações privadas e associações sem fins lucrativos, por grupos da classificação das fundações privadas e associações sem fins lucrativos - 06 Religião	- Unidades
Número de unidades locais das fundações privadas e associações sem fins lucrativos, por grupos da classificação das fundações privadas e associações sem fins lucrativos - 07 Associações patronais, profissionais e de produtores rurais	- Unidades
Número de unidades locais das fundações privadas e associações sem fins lucrativos, por grupos da classificação das fundações privadas e associações sem fins lucrativos - 08 Meio ambiente e proteção animal	- Unidades
Número de unidades locais das fundações privadas e associações sem fins lucrativos, por grupos da classificação das fundações privadas e associações sem fins lucrativos - 09 Desenvolvimento e defesa de direitos	- Unidades
Número de unidades locais das fundações privadas e associações sem fins lucrativos, por grupos da classificação das fundações privadas e associações sem fins lucrativos - 10 Outras instituições privadas sem fins lucrativos	- Unidades
Pessoal ocupado assalariado em 31/12 das entidades sem fins lucrativos	2 Pessoas
Pessoal ocupado assalariado em 31/12 das entidades sem fins lucrativos, por grupos da classificação das entidades sem fins lucrativos - 01 Habitação	- Pessoas
Pessoal ocupado assalariado em 31/12 das entidades sem fins lucrativos, por grupos da classificação das entidades sem fins lucrativos - 02 Saúde	- Pessoas
Pessoal ocupado assalariado em 31/12 das entidades sem fins lucrativos, por grupos da classificação das entidades sem fins lucrativos - 03 Cultura e recreação	- Pessoas
Pessoal ocupado assalariado em 31/12 das entidades sem fins lucrativos, por grupos da classificação das entidades sem fins lucrativos - 04 Educação e pesquisa	- Pessoas
Pessoal ocupado assalariado em 31/12 das entidades sem fins lucrativos, por grupos da classificação das entidades sem fins lucrativos - 05 Assistência social	- Pessoas
Pessoal ocupado assalariado em 31/12 das entidades sem fins lucrativos, por grupos da classificação das entidades sem fins lucrativos - 06 Religião	- Pessoas

Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos no Brasil 2010

Pessoal ocupado assalariado em 31/12 das entidades sem fins lucrativos, por grupos da classificação das entidades sem fins lucrativos - 07 Partidos políticos, sindicatos, associações patronais e profissionais	- Pessoas
Pessoal ocupado assalariado em 31/12 das entidades sem fins lucrativos, por grupos da classificação das entidades sem fins lucrativos - 08 Meio ambiente e proteção animal	- Pessoas
Pessoal ocupado assalariado em 31/12 das entidades sem fins lucrativos, por grupos da classificação das entidades sem fins lucrativos - 09 Desenvolvimento e defesa de direitos	- Pessoas
Pessoal ocupado assalariado em 31/12 das entidades sem fins lucrativos, por grupos da classificação das entidades sem fins lucrativos - 10 Outras instituições privadas sem fins lucrativos	- Pessoas
Pessoal ocupado assalariado em 31/12 das fundações privadas e associações sem fins lucrativos	1 Pessoas
Pessoal ocupado assalariado em 31/12 das fundações privadas e associações sem fins lucrativos, por grupos da classificação das fundações privadas e associações sem fins lucrativos - 01 Habitação	- Pessoas
Pessoal ocupado assalariado em 31/12 das fundações privadas e associações sem fins lucrativos, por grupos da classificação das fundações privadas e associações sem fins lucrativos - 02 Saúde	- Pessoas
Pessoal ocupado assalariado em 31/12 das fundações privadas e associações sem fins lucrativos, por grupos da classificação das fundações privadas e associações sem fins lucrativos - 03 Cultura e recreação	- Pessoas
Pessoal ocupado assalariado em 31/12 das fundações privadas e associações sem fins lucrativos, por grupos da classificação das fundações privadas e associações sem fins lucrativos - 04 Educação e pesquisa	- Pessoas
Pessoal ocupado assalariado em 31/12 das fundações privadas e associações sem fins lucrativos, por grupos da classificação das fundações privadas e associações sem fins lucrativos - 05 Assistência social	- Pessoas
Pessoal ocupado assalariado em 31/12 das fundações privadas e associações sem fins lucrativos, por grupos da classificação das fundações privadas e associações sem fins lucrativos - 06 Religião	- Pessoas
Pessoal ocupado assalariado em 31/12 das fundações privadas e associações sem fins lucrativos, por grupos da classificação das fundações privadas e associações sem fins lucrativos - 07 Associações patronais, profissionais e de produtores rurais	- Pessoas
Pessoal ocupado assalariado em 31/12 das fundações privadas e associações sem fins lucrativos, por grupos da classificação das fundações privadas e associações sem fins lucrativos - 08 Meio ambiente e proteção animal	- Pessoas
Pessoal ocupado assalariado em 31/12 das fundações privadas e associações sem fins lucrativos, por grupos da classificação das fundações privadas e associações sem fins lucrativos - 09 Desenvolvimento e defesa de direitos	- Pessoas

Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos no Brasil 2010

Pessoal ocupado assalariado em 31/12 das fundações privadas e associações sem fins lucrativos, por grupos da classificação das fundações privadas e associações sem fins lucrativos - 10 Outras instituições privadas sem fins lucrativos	-	Pessoas
Salário médio mensal das entidades sem fins lucrativos	1,01	Salários mínimos
Salário médio mensal das entidades sem fins lucrativos. por grupos da classificação das entidades sem fins lucrativos - 01 Habitação	-	Salários mínimos
Salário médio mensal das entidades sem fins lucrativos. por grupos da classificação das entidades sem fins lucrativos - 02 Saúde	-	Salários mínimos
Salário médio mensal das entidades sem fins lucrativos. por grupos da classificação das entidades sem fins lucrativos - 03 Cultura e recreação	-	Salários mínimos
Salário médio mensal das entidades sem fins lucrativos. por grupos da classificação das entidades sem fins lucrativos - 04 Educação e pesquisa	-	Salários mínimos
Salário médio mensal das entidades sem fins lucrativos. por grupos da classificação das entidades sem fins lucrativos - 05 Assistência social	-	Salários mínimos
Salário médio mensal das entidades sem fins lucrativos. por grupos da classificação das entidades sem fins lucrativos - 06 Religião	-	Salários mínimos
Salário médio mensal das entidades sem fins lucrativos. por grupos da classificação das entidades sem fins lucrativos - 07 Partidos políticos. sindicatos. associações patronais e profissionais	-	Salários mínimos
Salário médio mensal das entidades sem fins lucrativos. por grupos da classificação das entidades sem fins lucrativos - 08 Meio ambiente e proteção animal	-	Salários mínimos
Salário médio mensal das entidades sem fins lucrativos. por grupos da classificação das entidades sem fins lucrativos - 09 Desenvolvimento e defesa de direitos	-	Salários mínimos
Salário médio mensal das entidades sem fins lucrativos. por grupos da classificação das entidades sem fins lucrativos - 10 Outras instituições privadas sem fins lucrativos	-	Salários mínimos
Salário médio mensal das fundações privadas e associações sem fins lucrativos	1,02	Salários mínimos
Salário médio mensal das fundações privadas e associações sem fins lucrativos. por grupos da classificação das fundações privadas e associações sem fins lucrativos - 01 Habitação	-	Salários mínimos
Salário médio mensal das fundações privadas e associações sem fins lucrativos. por grupos da classificação das fundações privadas e associações sem fins lucrativos - 02 Saúde	-	Salários mínimos
Salário médio mensal das fundações privadas e associações sem fins lucrativos. por grupos da classificação das fundações privadas e associações sem fins lucrativos - 03 Cultura e recreação	-	Salários mínimos

Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos no Brasil 2010

Salário médio mensal das fundações privadas e associações sem fins lucrativos. por grupos da classificação das fundações privadas e associações sem fins lucrativos - 04 Educação e pesquisa	- Salários mínimos
Salário médio mensal das fundações privadas e associações sem fins lucrativos. por grupos da classificação das fundações privadas e associações sem fins lucrativos - 05 Assistência social	- Salários mínimos
Salário médio mensal das fundações privadas e associações sem fins lucrativos. por grupos da classificação das fundações privadas e associações sem fins lucrativos - 06 Religião	- Salários mínimos
Salário médio mensal das fundações privadas e associações sem fins lucrativos. por grupos da classificação das fundações privadas e associações sem fins lucrativos - 07 Associações patronais. profissionais e de produtores rurais	- Salários mínimos
Salário médio mensal das fundações privadas e associações sem fins lucrativos. por grupos da classificação das fundações privadas e associações sem fins lucrativos - 08 Meio ambiente e proteção animal	- Salários mínimos
Salário médio mensal das fundações privadas e associações sem fins lucrativos. por grupos da classificação das fundações privadas e associações sem fins lucrativos - 09 Desenvolvimento e defesa de direitos	- Salários mínimos
Salário médio mensal das fundações privadas e associações sem fins lucrativos. por grupos da classificação das fundações privadas e associações sem fins lucrativos - 10 Outras instituições privadas sem fins lucrativos	- Salários mínimos
Salários e outras remunerações das entidades sem fins lucrativos	13 Mil Reais
Salários e outras remunerações das entidades sem fins lucrativos, por grupos da classificação das entidades sem fins lucrativos - 01 Habitação	- Mil Reais
Salários e outras remunerações das entidades sem fins lucrativos, por grupos da classificação das entidades sem fins lucrativos - 02 Saúde	- Mil Reais
Salários e outras remunerações das entidades sem fins lucrativos, por grupos da classificação das entidades sem fins lucrativos - 03 Cultura e recreação	- Mil Reais
Salários e outras remunerações das entidades sem fins lucrativos, por grupos da classificação das entidades sem fins lucrativos - 04 Educação e pesquisa	- Mil Reais
Salários e outras remunerações das entidades sem fins lucrativos, por grupos da classificação das entidades sem fins lucrativos - 05 Assistência social	- Mil Reais
Salários e outras remunerações das entidades sem fins lucrativos, por grupos da classificação das entidades sem fins lucrativos - 06 Religião	- Mil Reais
Salários e outras remunerações das entidades sem fins lucrativos, por grupos da classificação das entidades sem fins lucrativos - 07 Partidos políticos, sindicatos, associações patronais e profissionais	- Mil Reais
Salários e outras remunerações das entidades sem fins lucrativos, por grupos da classificação das entidades sem fins lucrativos - 08 Meio ambiente e proteção animal	- Mil Reais

Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos no Brasil 2010

Salários e outras remunerações das entidades sem fins lucrativos, por grupos da classificação das entidades sem fins lucrativos - 09 Desenvolvimento e defesa de direitos	- Mil Reais
Salários e outras remunerações das entidades sem fins lucrativos, por grupos da classificação das entidades sem fins lucrativos - 10 Outras instituições privadas sem fins lucrativos	- Mil Reais
Salários e outras remunerações das fundações privadas e associações sem fins lucrativos	7 Mil Reais
Salários e outras remunerações das fundações privadas e associações sem fins lucrativos, por grupos da classificação das fundações privadas e associações sem fins lucrativos - 01 Habitação	- Mil Reais
Salários e outras remunerações das fundações privadas e associações sem fins lucrativos, por grupos da classificação das fundações privadas e associações sem fins lucrativos - 02 Saúde	- Mil Reais
Salários e outras remunerações das fundações privadas e associações sem fins lucrativos, por grupos da classificação das fundações privadas e associações sem fins lucrativos - 03 Cultura e recreação	- Mil Reais
Salários e outras remunerações das fundações privadas e associações sem fins lucrativos, por grupos da classificação das fundações privadas e associações sem fins lucrativos - 04 Educação e pesquisa	- Mil Reais
Salários e outras remunerações das fundações privadas e associações sem fins lucrativos, por grupos da classificação das fundações privadas e associações sem fins lucrativos - 05 Assistência social	- Mil Reais
Salários e outras remunerações das fundações privadas e associações sem fins lucrativos, por grupos da classificação das fundações privadas e associações sem fins lucrativos - 06 Religião	- Mil Reais
Salários e outras remunerações das fundações privadas e associações sem fins lucrativos, por grupos da classificação das fundações privadas e associações sem fins lucrativos - 07 Associações patronais, profissionais e de produtores rurais	- Mil Reais
Salários e outras remunerações das fundações privadas e associações sem fins lucrativos, por grupos da classificação das fundações privadas e associações sem fins lucrativos - 08 Meio ambiente e proteção animal	- Mil Reais
Salários e outras remunerações das fundações privadas e associações sem fins lucrativos, por grupos da classificação das fundações privadas e associações sem fins lucrativos - 09 Desenvolvimento e defesa de direitos	- Mil Reais
Salários e outras remunerações das fundações privadas e associações sem fins lucrativos, por grupos da classificação das fundações privadas e associações sem fins lucrativos - 10 Outras instituições privadas sem fins lucrativos	- Mil Reais

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Cadastro Central de Empresas 2010. NOTA 1: Os dados com menos de 3 (três) informantes estão desidentificados, apresentando a expressão **Não disponível**, a fim de evitar a individualização da informação. NOTA 2: As informações por grupos da classificação das entidades sem fins lucrativos e por grupos da classificação das fundações privadas e associações sem fins lucrativos somente são mostradas para os municípios com pelo menos 50.000 habitantes.

© 2013 IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

Ceará » Potengi » índice de desenvolvimento humano municipal - idhm

Download em arquivo .CSV para Excel

Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - IDHM

IDHM 1991	0,304
IDHM 2000	0,396
IDHM 2010	0,562

Fonte: Atlas Brasil 2013 Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.

© 2013 IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

Ceará » Potengi » instituições financeiras - 2012

Download em arquivo .CSV para Excel

Instituições Financeiras 2012

Depósitos a prazo	Não informado	Reais
Depósitos à vista - governo	Não informado	Reais
Depósitos à vista - privado	Não informado	Reais
Número de Agências	Não informado	Agências
Obrigações por Recebimento	Não informado	Reais
Operações de Crédito	Não informado	Reais
Poupança	Não informado	Reais

Fontes: Banco Central do Brasil, Registros Administrativos 2012. NOTA 1: Atribui-se a expressão dado **não informado** às variáveis onde os valores dos municípios não foram informados. NOTA 2: Atribui-se zeros aos valores dos municípios onde não há ocorrência da variável. NOTA 3: O município pode ter mais agências, mas os valores apresentados são das agências que estavam efetivamente operantes na data do fechamento da pesquisa.

© 2013 IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

Ceará » Potengi » lavoura permanente - 2012

Download em arquivo .CSV para Excel

Lavoura Permanente 2012

Abacate - Área colhida	- hectares
Abacate - Área destinada à colheita	- hectares
Abacate - Quantidade produzida	- toneladas
Abacate - Rendimento médio	- quilogramas por hectare
Abacate - Valor da produção	- mil reais
Algodão arbóreo (em caroço) - Área colhida	- hectares
Algodão arbóreo (em caroço) - Área destinada à colheita	- hectares
Algodão arbóreo (em caroço) - Quantidade produzida	- toneladas
Algodão arbóreo (em caroço) - Rendimento médio	- quilogramas por hectare
Algodão arbóreo (em caroço) - Valor da produção	- mil reais
Azeitona - Área colhida	- hectares
Azeitona - Área destinada à colheita	- hectares
Azeitona - Quantidade produzida	- toneladas
Azeitona - Rendimento médio	- quilogramas por hectare
Azeitona - Valor da produção	- mil reais
Banana (cacho) - Área colhida	60 hectares
Banana (cacho) - Área destinada à colheita	60 hectares
Banana (cacho) - Quantidade produzida	294 toneladas
Banana (cacho) - Rendimento médio	4.900 quilogramas por hectare

Lavoura Permanente 2012

Banana (cacho) - Valor da produção	161 mil reais
Borracha (látex coagulado) - Área colhida	- hectares
Borracha (látex coagulado) - Área destinada à colheita	- hectares
Borracha (látex coagulado) - Quantidade produzida	- toneladas
Borracha (látex coagulado) - Rendimento médio	- quilogramas por hectare
Borracha (látex coagulado) - Valor da produção	- mil reais
Cacau (em amêndoa) - Área colhida	- hectares
Cacau (em amêndoa) - Área destinada à colheita	- hectares
Cacau (em amêndoa) - Quantidade produzida	- toneladas
Cacau (em amêndoa) - Rendimento médio	- quilogramas por hectare
Cacau (em amêndoa) - Valor da produção	- mil reais
Café (em grão) Arábica - Área colhida	- hectares
Café (em grão) Arábica - Área destinada à colheita	- hectares
Café (em grão) Arábica - Quantidade produzida	- toneladas
Café (em grão) Arábica - Rendimento médio	- quilogramas por hectare
Café (em grão) Arábica - Valor da produção	- mil reais
Café (em grão) Canephora - Área colhida	- hectares
Café (em grão) Canephora - Área destinada à colheita	- hectares
Café (em grão) Canephora - Quantidade produzida	- toneladas
Café (em grão) Canephora - Rendimento médio	- quilogramas por hectare
Café (em grão) Canephora - Valor da produção	- mil reais
Café (em grão) Total - Área colhida	- hectares
Café (em grão) Total - Área destinada à colheita	- hectares
Café (em grão) Total - Quantidade produzida	- toneladas

Lavoura Permanente 2012

Café (em grão) Total - Rendimento médio	-	quilogramas por hectare
Café (em grão) Total - Valor da produção	-	mil reais
Caqui - Área colhida	-	hectares
Caqui - Área destinada à colheita	-	hectares
Caqui - Quantidade produzida	-	toneladas
Caqui - Rendimento médio	-	quilogramas por hectare
Caqui - Valor da produção	-	mil reais
Castanha de caju - Área colhida	95	hectares
Castanha de caju - Área destinada à colheita	95	hectares
Castanha de caju - Quantidade produzida	12	toneladas
Castanha de caju - Rendimento médio	126	quilogramas por hectare
Castanha de caju - Valor da produção	24	mil reais
Chá-da-índia (folha verde) - Área colhida	-	hectares
Chá-da-índia (folha verde) - Área destinada à colheita	-	hectares
Chá-da-índia (folha verde) - Quantidade produzida	-	toneladas
Chá-da-índia (folha verde) - Rendimento médio	-	quilogramas por hectare
Chá-da-índia (folha verde) - Valor da produção	-	mil reais
Coco-da-baía - Área colhida	11	hectares
Coco-da-baía - Área destinada à colheita	11	hectares
Coco-da-baía - Quantidade produzida	51	mil frutos
Coco-da-baía - Rendimento médio	4.636	frutos por hectare
Coco-da-baía - Valor da produção	29	mil reais
Dendê (cacho de coco) - Área colhida	-	hectares
Dendê (cacho de coco) - Área destinada à colheita	-	hectares

Lavoura Permanente 2012

Dendê (cacho de coco) - Quantidade produzida	- toneladas
Dendê (cacho de coco) - Rendimento médio	- quilogramas por hectare
Dendê (cacho de coco) - Valor da produção	- mil reais
Erva-mate (folha verde) - Área colhida	- hectares
Erva-mate (folha verde) - Área destinada à colheita	- hectares
Erva-mate (folha verde) - Quantidade produzida	- toneladas
Erva-mate (folha verde) - Rendimento médio	- quilogramas por hectare
Erva-mate (folha verde) - Valor da produção	- mil reais
Figo - Área colhida	- hectares
Figo - Área destinada à colheita	- hectares
Figo - Quantidade produzida	- toneladas
Figo - Rendimento médio	- quilogramas por hectare
Figo - Valor da produção	- mil reais
Goiaba - Área colhida	- hectares
Goiaba - Área destinada à colheita	- hectares
Goiaba - Quantidade produzida	- toneladas
Goiaba - Rendimento médio	- quilogramas por hectare
Goiaba - Valor da produção	- mil reais
Guaraná (semente) - Área colhida	- hectares
Guaraná (semente) - Área destinada à colheita	- hectares
Guaraná (semente) - Quantidade produzida	- toneladas
Guaraná (semente) - Rendimento médio	- quilogramas por hectare
Guaraná (semente) - Valor da produção	- mil reais
Laranja - Área colhida	6 hectares

Lavoura Permanente 2012

Laranja - Área destinada à colheita	6	hectares
Laranja - Quantidade produzida	33	toneladas
Laranja - Rendimento médio	5.500	quilogramas por hectare
Laranja - Valor da produção	16	mil reais
Limão - Área colhida	-	hectares
Limão - Área destinada à colheita	-	hectares
Limão - Quantidade produzida	-	toneladas
Limão - Rendimento médio	-	quilogramas por hectare
Limão - Valor da produção	-	mil reais
Maçã - Área colhida	-	hectares
Maçã - Área destinada à colheita	-	hectares
Maçã - Quantidade produzida	-	toneladas
Maçã - Rendimento médio	-	quilogramas por hectare
Maçã - Valor da produção	-	mil reais
Mamão - Área colhida	-	hectares
Mamão - Área destinada à colheita	-	hectares
Mamão - Quantidade produzida	-	toneladas
Mamão - Rendimento médio	-	quilogramas por hectare
Mamão - Valor da produção	-	mil reais
Manga - Área colhida	4	hectares
Manga - Área destinada à colheita	4	hectares
Manga - Quantidade produzida	16	toneladas
Manga - Rendimento médio	4.000	quilogramas por hectare
Manga - Valor da produção	8	mil reais

Lavoura Permanente 2012

Maracujá - Área colhida	- hectares
Maracujá - Área destinada à colheita	- hectares
Maracujá - Quantidade produzida	- toneladas
Maracujá - Rendimento médio	- quilogramas por hectare
Maracujá - Valor da produção	- mil reais
Marmelo - Área colhida	- hectares
Marmelo - Área destinada à colheita	- hectares
Marmelo - Quantidade produzida	- toneladas
Marmelo - Rendimento médio	- quilogramas por hectare
Marmelo - Valor da produção	- mil reais
Noz (fruto seco) - Área colhida	- hectares
Noz (fruto seco) - Área destinada à colheita	- hectares
Noz (fruto seco) - Quantidade produzida	- toneladas
Noz (fruto seco) - Rendimento médio	- quilogramas por hectare
Noz (fruto seco) - Valor da produção	- mil reais
Palmito - Área colhida	- hectares
Palmito - Área destinada à colheita	- hectares
Palmito - Quantidade produzida	- toneladas
Palmito - Rendimento médio	- quilogramas por hectare
Palmito - Valor da produção	- mil reais
Pera - Área colhida	- hectares
Pera - Área destinada à colheita	- hectares
Pera - Quantidade produzida	- toneladas
Pera - Rendimento médio	- quilogramas por hectare

Lavoura Permanente 2012

Pera - Valor da produção	- mil reais
Pêssego - Área colhida	- hectares
Pêssego - Área destinada à colheita	- hectares
Pêssego - Quantidade produzida	- toneladas
Pêssego - Rendimento médio	- quilogramas por hectare
Pêssego - Valor da produção	- mil reais
Pimenta-do-reino - Área colhida	- hectares
Pimenta-do-reino - Área destinada à colheita	- hectares
Pimenta-do-reino - Quantidade produzida	- toneladas
Pimenta-do-reino - Rendimento médio	- quilogramas por hectare
Pimenta-do-reino - Valor da produção	- mil reais
Sisal ou agave (fibra) - Área colhida	- hectares
Sisal ou agave (fibra) - Área destinada à colheita	- hectares
Sisal ou agave (fibra) - Quantidade produzida	- toneladas
Sisal ou agave (fibra) - Rendimento médio	- quilogramas por hectare
Sisal ou agave (fibra) - Valor da produção	- mil reais
Tangerina - Área colhida	- hectares
Tangerina - Área destinada à colheita	- hectares
Tangerina - Quantidade produzida	- toneladas
Tangerina - Rendimento médio	- quilogramas por hectare
Tangerina - Valor da produção	- mil reais
Tungue (fruto seco) - Área colhida	- hectares
Tungue (fruto seco) - Área destinada à colheita	- hectares
Tungue (fruto seco) - Quantidade produzida	- toneladas

Lavoura Permanente 2012

Tungue (fruto seco) - Rendimento médio	- quilogramas por hectare
Tungue (fruto seco) - Valor da produção	- mil reais
Urucum (semente) - Área colhida	- hectares
Urucum (semente) - Área destinada à colheita	- hectares
Urucum (semente) - Quantidade produzida	- toneladas
Urucum (semente) - Rendimento médio	- quilogramas por hectare
Urucum (semente) - Valor da produção	- mil reais
Uva - Área colhida	- hectares
Uva - Área destinada à colheita	- hectares
Uva - Quantidade produzida	- toneladas
Uva - Rendimento médio	- quilogramas por hectare
Uva - Valor da produção	- mil reais

Fonte: IBGE, Produção Agrícola Municipal 2012. Rio de Janeiro: IBGE, 2013. NOTA 1: Atribui-se zeros aos valores dos municípios onde, por arredondamento, os totais não atingem a unidade de medida. NOTA 2: Atribui-se a expressão dado **não existente**, onde não há ocorrência da variável no referido município, Medida esta proferida na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 2381-1, Rio Grande do Sul, de 20/06/2001, publicada no Diário da Justiça de 14/12/2001.

© 2013 IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

Ceará » Potengi » lavoura temporária - 2012

Download em arquivo .CSV para Excel

Lavoura Temporária 2012

Abacaxi - Área colhida	- hectares
Abacaxi - Área plantada	- hectares
Abacaxi - Quantidade produzida	- mil frutos
Abacaxi - Rendimento médio	- frutos por hectare
Abacaxi - Valor da produção	- mil reais
Algodão herbáceo (em caroço) - Área colhida	- hectares
Algodão herbáceo (em caroço) - Área plantada	- hectares
Algodão herbáceo (em caroço) - Quantidade produzida	- toneladas
Algodão herbáceo (em caroço) - Rendimento médio	- quilogramas por hectare
Algodão herbáceo (em caroço) - Valor da produção	- mil reais
Alho - Área colhida	- hectares
Alho - Área plantada	- hectares
Alho - Quantidade produzida	- toneladas
Alho - Rendimento médio	- quilogramas por hectare
Alho - Valor da produção	- mil reais
Amendoim (em casca) - Área colhida	- hectares
Amendoim (em casca) - Área plantada	- hectares
Amendoim (em casca) - Quantidade produzida	- toneladas
Amendoim (em casca) - Rendimento médio	- quilogramas por hectare

Lavoura Temporária 2012

Amendoim (em casca) - Valor da produção	- mil reais
Arroz (em casca) - Área colhida	10 hectares
Arroz (em casca) - Área plantada	10 hectares
Arroz (em casca) - Quantidade produzida	1 toneladas
Arroz (em casca) - Rendimento médio	100 quilogramas por hectare
Arroz (em casca) - Valor da produção	1 mil reais
Aveia (em grão) - Área colhida	- hectares
Aveia (em grão) - Área plantada	- hectares
Aveia (em grão) - Quantidade produzida	- toneladas
Aveia (em grão) - Rendimento médio	- quilogramas por hectare
Aveia (em grão) - Valor da produção	- mil reais
Batata - doce - Área colhida	- hectares
Batata - doce - Área plantada	- hectares
Batata - doce - Quantidade produzida	- toneladas
Batata - doce - Rendimento médio	- quilogramas por hectare
Batata - doce - Valor da produção	- mil reais
Batata - inglesa - Área colhida	- hectares
Batata - inglesa - Área plantada	- hectares
Batata - inglesa - Quantidade produzida	- toneladas
Batata - inglesa - Rendimento médio	- quilogramas por hectare
Batata - inglesa - Valor da produção	- mil reais
Cana-de-açúcar - Área colhida	- hectares
Cana-de-açúcar - Área plantada	- hectares
Cana-de-açúcar - Quantidade produzida	- toneladas

Lavoura Temporária 2012

Cana-de-açúcar - Rendimento médio	- quilogramas por hectare
Cana-de-açúcar - Valor da produção	- mil reais
Cebola - Área colhida	- hectares
Cebola - Área plantada	- hectares
Cebola - Quantidade produzida	- toneladas
Cebola - Rendimento médio	- quilogramas por hectare
Cebola - Valor da produção	- mil reais
Centeio (em grão) - Área colhida	- hectares
Centeio (em grão) - Área plantada	- hectares
Centeio (em grão) - Quantidade produzida	- toneladas
Centeio (em grão) - Rendimento médio	- quilogramas por hectare
Centeio (em grão) - Valor da produção	- mil reais
Cevada (em grão) - Área colhida	- hectares
Cevada (em grão) - Área plantada	- hectares
Cevada (em grão) - Quantidade produzida	- toneladas
Cevada (em grão) - Rendimento médio	- quilogramas por hectare
Cevada (em grão) - Valor da produção	- mil reais
Ervilha (em grão) - Área colhida	- hectares
Ervilha (em grão) - Área plantada	- hectares
Ervilha (em grão) - Quantidade produzida	- toneladas
Ervilha (em grão) - Rendimento médio	- quilogramas por hectare
Ervilha (em grão) - Valor da produção	- mil reais
Fava (em grão) - Área colhida	630 hectares
Fava (em grão) - Área plantada	630 hectares

Lavoura Temporária 2012

Fava (em grão) - Quantidade produzida	189 toneladas
Fava (em grão) - Rendimento médio	300 quilogramas por hectare
Fava (em grão) - Valor da produção	888 mil reais
Feijão (em grão) - Área colhida	132 hectares
Feijão (em grão) - Área plantada	132 hectares
Feijão (em grão) - Quantidade produzida	6 toneladas
Feijão (em grão) - Rendimento médio	45 quilogramas por hectare
Feijão (em grão) - Valor da produção	23 mil reais
Fumo (em folha) - Área colhida	- hectares
Fumo (em folha) - Área plantada	- hectares
Fumo (em folha) - Quantidade produzida	- toneladas
Fumo (em folha) - Rendimento médio	- quilogramas por hectare
Fumo (em folha) - Valor da produção	- mil reais
Girassol (em grão) - Área colhida	- hectares
Girassol (em grão) - Área plantada	- hectares
Girassol (em grão) - Quantidade produzida	- toneladas
Girassol (em grão) - Rendimento médio	- quilogramas por hectare
Girassol (em grão) - Valor da produção	- mil reais
Juta (fibra) - Área colhida	- hectares
Juta (fibra) - Área plantada	- hectares
Juta (fibra) - Quantidade produzida	- toneladas
Juta (fibra) - Rendimento médio	- quilogramas por hectare
Juta (fibra) - Valor da produção	- mil reais
Linho (semente) - Área colhida	- hectares

Lavoura Temporária 2012

Linho (semente) - Área plantada	- hectares
Linho (semente) - Quantidade produzida	- toneladas
Linho (semente) - Rendimento médio	- quilogramas por hectare
Linho (semente) - Valor da produção	- mil reais
Malva (fibra) - Área colhida	- hectares
Malva (fibra) - Área plantada	- hectares
Malva (fibra) - Quantidade produzida	- toneladas
Malva (fibra) - Rendimento médio	- quilogramas por hectare
Malva (fibra) - Valor da produção	- mil reais
Mamona (baga) - Área colhida	7 hectares
Mamona (baga) - Área plantada	7 hectares
Mamona (baga) - Quantidade produzida	1 toneladas
Mamona (baga) - Rendimento médio	143 quilogramas por hectare
Mamona (baga) - Valor da produção	1 mil reais
Mandioca - Área colhida	- hectares
Mandioca - Área plantada	- hectares
Mandioca - Quantidade produzida	- toneladas
Mandioca - Rendimento médio	- quilogramas por hectare
Mandioca - Valor da produção	- mil reais
Melancia - Área colhida	- hectares
Melancia - Área plantada	- hectares
Melancia - Quantidade produzida	- toneladas
Melancia - Rendimento médio	- quilogramas por hectare
Melancia - Valor da produção	- mil reais

Lavoura Temporária 2012

Melão - Área colhida	- hectares
Melão - Área plantada	- hectares
Melão - Quantidade produzida	- toneladas
Melão - Rendimento médio	- quilogramas por hectare
Melão - Valor da produção	- mil reais
Milho (em grão) - Área colhida	1.249 hectares
Milho (em grão) - Área plantada	1.249 hectares
Milho (em grão) - Quantidade produzida	144 toneladas
Milho (em grão) - Rendimento médio	115 quilogramas por hectare
Milho (em grão) - Valor da produção	86 mil reais
Rami (fibra) - Área colhida	- hectares
Rami (fibra) - Área plantada	- hectares
Rami (fibra) - Quantidade produzida	- toneladas
Rami (fibra) - Rendimento médio	- quilogramas por hectare
Rami (fibra) - Valor da produção	- mil reais
Soja (em grão) - Área colhida	- hectares
Soja (em grão) - Área plantada	- hectares
Soja (em grão) - Quantidade produzida	- toneladas
Soja (em grão) - Rendimento médio	- quilogramas por hectare
Soja (em grão) - Valor da produção	- mil reais
Sorgo (em grão) - Área colhida	- hectares
Sorgo (em grão) - Área plantada	- hectares
Sorgo (em grão) - Quantidade produzida	- toneladas
Sorgo (em grão) - Rendimento médio	- quilogramas por hectare